

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 - 13083-857 - Campinas - SP

[www.eco.unicamp.br/cesit](http://www.eco.unicamp.br/cesit)

E-mail: [cesit@eco.unicamp.br](mailto:cesit@eco.unicamp.br)

## **CADERNOS DO CESIT**

(Texto para discussão n. 20)

### **DESEMPREGO E REGULAÇÃO NO BRASIL HOJE\***

Claudio Salvadori Dedecca\*\*

Campinas, agosto de 1996

---

\* O autor agradece o apoio recebido do CNPq e da FAPESP.

\* \* Professor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT do Instituto de Economia da UNICAMP.

# DESEMPREGO E REGULAÇÃO NO BRASIL HOJE

Claudio Salvadori Dedecca

## Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir a dinâmica dos mercados de trabalho metropolitanos durante os anos 80 e 90, com ênfase no problema do desemprego. As dificuldades encontradas pela economia brasileira, a partir do final dos anos 70, têm se associado a mudanças na capacidade de geração de novos postos de trabalho nos segmentos econômicos modernos que, apesar das alterações no padrão de crescimento demográfico, apresenta-se muito baixa frente ao incremento da população em idade ativa no meio urbano. O movimento divergente entre população economicamente ativa e emprego torna-se, ainda, mais preocupante se levado em conta as perspectivas de crescimento futuro desta população (Carvalho & Wong, 1995).

Segundo o Gráfico 1, o crescimento da PEA brasileira tem sido significativa, com possibilidade de uma aceleração deste crescimento nos próximos 10 anos. Ao contrário de certos países, como Argentina, Chile e Uruguai, que tendem a apresentar um baixo incremento da PEA no próximo decênio, o Brasil, conjuntamente com o México e o Paraguai, deverá conhecer uma expansão significativa da população disponível para a atividade econômica (Dedecca, 1996a). Deste modo, não se vislumbra mudanças no comportamento demográfico que possam amenizar possíveis problemas de geração de empregos que a prolongada situação de instabilidade econômica tem imposto à sociedade brasileira. Ao contrário, este crescimento deverá ser acompanhado por um peso crescente da população em idade ativa na população total brasileira, sinalizando, por um lado, um perfil demográfico favorável aos programas sociais de educação, saúde e previdência (Carvalho & Wong, 1995), mas uma grande disponibilidade de população para o mundo do trabalho que somente poderá ser aproveitada se nossa estrutura econômica oferecer, em volume e qualidade, as oportunidades de trabalho exigidas.

É preciso salientar, que este quadro sobre as perspectivas de crescimento da população economicamente ativa não revela a forte diferenciação das taxas de crescimento regional e metropolitano, provocada tanto pelos movimentos de migração rural-urbana e inter-regional como

pelo aumento das taxas de participação na área urbana, fazendo que certas metrópoles concentrem, em grande medida, boa parte da atual e futura disponibilidade de população em idade ativa.

Este estudo pretende analisar o desempenho dos mercados metropolitanos de trabalho, nos últimos 15 anos, com o objetivo de entender a dinâmica destes mercados e suas implicações para o desempenho de políticas de emprego, em um contexto de permanente instabilidade econômica, onde breves momentos de expansão da atividade produtiva e de elevação do nível de emprego são seguidos por movimentos recessivos intensos, marcados por quedas expressivas da produção e do emprego. Ele está organizado em três partes básicas. Inicialmente, será apresentada uma discussão sobre o problema do emprego no desenvolvimento latino-americano e como a questão do desemprego insere-se neste debate, em especial na realidade brasileira. Em seguida, é realizada uma síntese das características metodológicas dos dois principais levantamentos estatísticos sobre os mercados metropolitanos de trabalho, a Pesquisa Mensal de Emprego – PME-IBGE – e da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED – SEADE/DIEESE. Na terceira parte analisa-se a dinâmica destes mercados a partir dos dados da PME e da PED. Em uma primeira aproximação, adota-se os dados da PME, para o período de 1982/92, com o objetivo de averiguar a evolução dos mercados metropolitanos de trabalho sugerida por este levantamento. Posteriormente, confronta-se este diagnóstico para a Região Metropolitana de São Paulo com aquele produzido pela PED, com o intuito de explicitar os elementos que justificam as divergências entre diagnósticos e quais são suas implicações para o debate do problema do emprego no Brasil atual e futuro<sup>1</sup>.

## **Desenvolvimento e mercado de trabalho**

A visão que se tornou dominante sobre desenvolvimento econômico e mercado de trabalho na América Latina no pós-guerra propôs, em um primeiro momento, que a industrialização regional se constituía em uma alavanca de modernização socioeconômica, necessária à sustentação de um processo de desenvolvimento que possibilitaria a superação das condições de pobreza e miséria que caracterizavam a região e produziria uma sociedade mais homogênea socialmente.

---

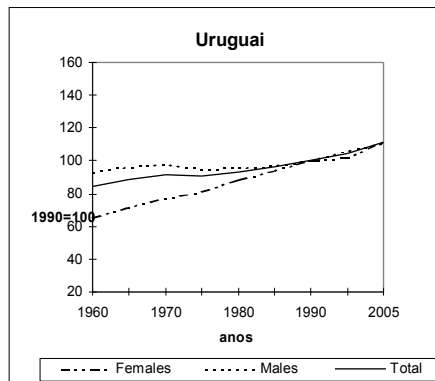
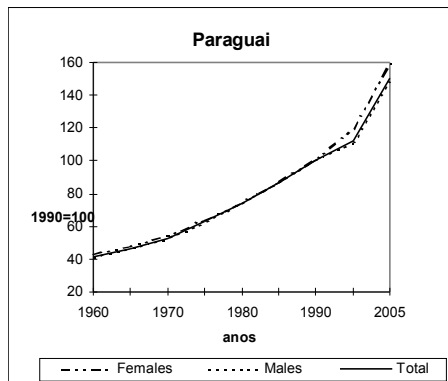
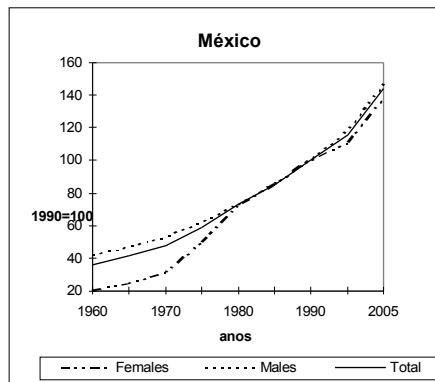
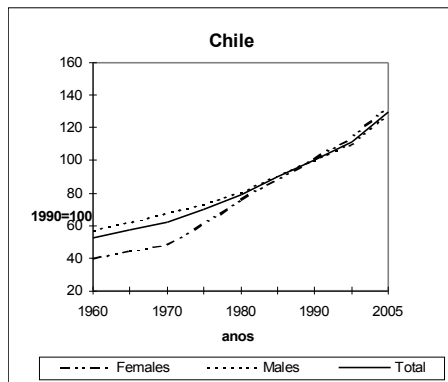
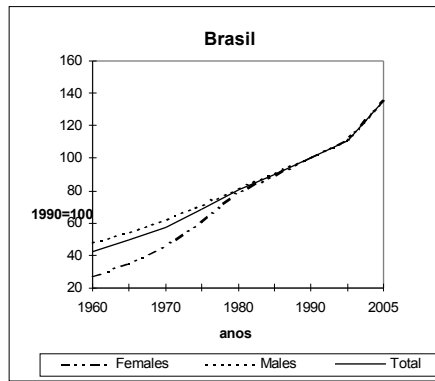
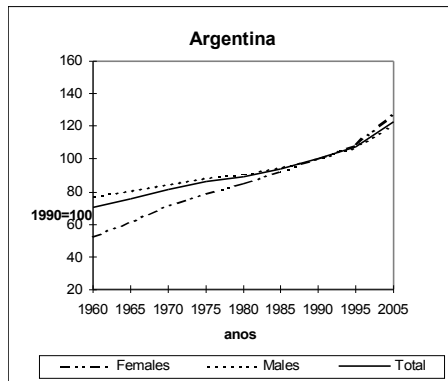
<sup>1</sup> A primeira, a segunda e a quarta partes deste estudo foram apresentadas separadamente no debate sobre as pesquisas conjunturais de emprego realizado no âmbito do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais pelo IBGE, em maio de 1996 – ver Dedecca, 1996b. A terceira parte deu origem a um ensaio incorporado às atividades do Grupo sobre População e Trabalho que serão desenvolvidas no X Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, outubro de 1996.

Os termos que caracterizaram esta argumentação tinham origem nos ensaios de Clark (1971) e Rostow (1969), onde era defendida a necessidade de um crescimento acelerado dos segmentos modernos da economia que criasse um movimento sistemático de aumento da produtividade e de geração de um excedente social muito superior à depreciação corrente do capital. Estes elementos amparariam uma transformação econômica dirigida para uma organização produtiva mais eficiente, que garantiria a existência de empregos mais qualificados e de renda mais elevada.

As trajetórias de industrialização efetivamente trilhadas pelas diversas economias da região, fomentadas por projetos nacionais específicos e por um importante fluxo de capitais dos países desenvolvidos para a América Latina nos anos 50 e 60, permitiram consolidar um núcleo de atividades econômicas modernas, onde dominou a grande empresa capitalista nacional e estrangeira, cujo peso na estrutura econômica manteve-se relativamente restrito, independentemente do grau alcançado pela modernização. O elevado peso das formas de ocupação vinculadas ao setor agrícola tradicional e dos pequenos e médios negócios na estrutura de emprego urbana sinalizou os limites do processo de transformação produtiva. Assim, a nova estrutura econômica consolidou novos setores produtivos com níveis de produtividade mais elevados e, algumas vezes, comparáveis aos padrões internacionais, ao mesmo tempo que manteve intacta uma ampla gama de atividades caracterizadas pela baixa eficiência.

No plano do mercado de trabalho, observou-se crescimento do assalariamento, sem que este movimento tivesse resultado em uma tendência de homogeneização da estrutura ocupacional, tanto do ponto de vista das formas de trabalho como do padrão de remuneração. As dificuldades em conseguir uma inserção produtiva mais estável, com melhores condições de trabalho, amparada pelo sistema de proteção social existente e caracterizada por um nível de remuneração mais elevado continuaram presentes para a maioria da força de trabalho, tanto no meio rural como no urbano.

**Gráfico 1 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA  
PAÍSES SELECIONADOS - 1960-2005**



Diversos autores reconheceram que o desenvolvimento industrial amplificou estas dificuldades, pois sua capacidade de geração de postos de trabalho – mesmo que elevada – contrastava com seu poder de desarticulação de formas tradicionais de produção – em especial, agrícola – em um contexto de elevado crescimento demográfico, que produziu um rápido processo migratório em direção às cidades. Deste modo, observou-se um aumento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos, impondo que parcelas expressivas de população ativa se mantivessem em ocupações de baixa produtividade, fora da relação de trabalho assalariado com proteção social e negociação coletiva e excluídas dos novos padrões de consumo criados pela indústria moderna. Esta particular forma de organização das estruturas econômicas e sociais foi compreendida como um mecanismo de exclusão social de parte ponderável da população dos benefícios da modernização econômica.

O debate sobre o desenvolvimento latino-americano do pós-guerra apontava a exclusão como um impedimento para que massas de população pudessem ter no mercado de trabalho uma referência central para sua inserção social. De fato, estes argumentos reportavam a uma idéia consolidada nos anos 60, de que a modernização teria sido restrita para construir uma sociedade salarial que incorporasse em massa a disponibilidade de força de trabalho existente em cada uma das economias nacionais. No debate regional, a força de trabalho sobrando foi base para controvérsia sobre a marginalidade, centralizada nos ensaios de Nun (1969); Cardoso (1971) e Quijano (1978). A partir da metade dos anos 70, este debate voltou-se para o problema da informalidade, cujas idéias originais foram formuladas pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe – PREALC/OIT (1981).

Um aspecto comum marcou ambas as discussões: o problema da absorção de força de trabalho e da heterogeneidade do mercado de trabalho. Os diversos estudos realizados sobre o tema tomavam as experiências de industrialização nos países avançados, em especial em certos de países da Europa Ocidental, como paradigmas de modernização com homogeneização socioeconômica, caracterizada tanto por uma dominância das estruturas ocupacionais pelo assalariamento, como por uma crescente regulação desta forma de relação de trabalho pelo Estado e pelas negociações coletivas. Entendiam os autores que estas experiências mostravam a capacidade de geração de postos de trabalhos pelo avanço da estrutura industrial e, ao mesmo tempo, que o aprofundamento da organização democrática alterava positivamente as normas e regras ordenadoras dos sistemas

nacionais de relações sociais, que em seu conjunto permitiam a institucionalização dos mercados de trabalho no sentido de sua crescente homogeneização. Ainda para estes autores, este movimento estendeu o padrão de consumo moderno a amplas massas de trabalhadores, criando um circuito renda-consumo-investimento fundamental para a sustentação do crescimento de longo prazo<sup>2</sup>.

Comparativamente, estes estudos, ao analisarem as experiências latino-americanas, concluíam que não havia se estabelecido um círculo virtuoso como o observado para os países avançados. Em primeiro lugar, porque a modernização limitada havia gerado um grau de assalariamento baixo. Em seguida, porque a transformação econômica não havia sido acompanhada de mudanças mais expressivas na organização social – ao contrário, os períodos de autoritarismo serviram para conter alterações neste sentido – que reforçassem os efeitos, mesmo limitados, do aumento do assalariamento sobre o mercado de trabalho. E, finalmente, porque a conjugação dos fatores econômicos e políticos não produziu uma organização do Estado e da sociedade que atacasse os problemas estruturais que caracterizavam os países da região – o agrário, o regional, o urbano e o das políticas sociais.

Concluía-se, portanto, pela ausência de um movimento de transformação socioeconômica que rompesse os problemas de exclusão que impediam o estabelecimento de uma trajetória de homogeneização social e, portanto, mantinham uma forte fragmentação do mercado de trabalho. Assim, os autores descartavam a possibilidade de que o assalariamento com proteção social – *standard employment relationship* – viesse a ser a marca da experiência de industrialização excludente.

A tentativa de dar conta da heterogeneidade das formas de relações de trabalho foi marcada pela incorporação das hipóteses formuladas pela OIT no estudo clássico sobre o Quênia (OIT, 1972) e, também, pela incorporação das idéias contidas nos estudos sobre a segmentação da estrutura social americana publicados no início dos anos 70 ( Doeringer & Piore, 1971; Gordon, 1972).

A primeira referência abriu campo para pensar uma dualidade na organização do mercado de trabalho, com um segmento formal estruturado a partir das formas de organização produtiva claramente capitalistas – separação entre trabalho e gestão, existência de uma estratégia de acumulação, estabelecimento de um organização empresarial – e um outro segmento informal

---

<sup>2</sup> Cf. os ensaios clássicos de Pinto (1976) e Vuskovic Bravo (1976).

agregador de uma multiplicidade de formas de organização produtiva caracterizadas por baixa estruturação do *negócio* (PREALC, 1981). Tomando em conta os resultados do estudo sobre o Quênia, Tokman afirma que “*o principal argumento sobre a origem deste setor foi o excedente de mão-de-obra, em sua maioria formado por indivíduos que imigravam das zonas rurais e que não podiam encontrar trabalho nos setores modernos. Dada a necessidade de sobrevivência, estes indivíduos tinham que desempenhar algumas atividades que lhes permitissem obter um rendimento*” (Tokman, 1987:515, tradução nossa). Esta formulação entendia, ainda, que o setor informal era caracterizado por barreiras à entrada reduzidas e, por decorrência, que quanto maior o volume de pessoas inseridas nestas atividades menor seria a renda auferida individualmente.

A segunda referência, aliada aos resultados de pesquisas de campo, permitiu algumas requalificações e avanços da visão sobre o excedente de mão-de-obra e informalidade. Os principais elementos desta contribuição foram:

- a) que não havia homogeneidade nas formas de relações de trabalho do setor informal;
- b) que certas atividades não eram caracterizadas por barreiras à entrada, enquanto outras eram;
- c) que as unidades produtivas objetivavam o maior rendimento individual, em vez da acumulação de lucros. Estes elementos apareciam explicitamente nas experiências de pesquisas desenvolvidas pelo PREALC na segunda metade dos anos 70, e foram posteriormente melhor articulados nos trabalhos de Tokman (1978) e de Souza (1979:1980).

Em ensaio realizado conjuntamente, os autores concluem que, “*para que existam mercados de trabalho heterogêneos, é necessário que funcionem barreiras que obstaculizem o fluxo de fatores entre os diversos estratos do mercado. Estas barreiras não podem estar relacionadas apenas com os níveis de qualificações*” (Souza & Tokman, 1979:129). Este argumento sinalizava para a presença de formas diferenciadas de inserção tanto entre trabalhadores do setor formal e informal como entre trabalhadores de cada um dos setores. A heterogeneidade se refletia em um caleidoscópio de situações ocupacionais, que se distanciava fortemente da visão dual clássica sobre a organização dos mercados de trabalho, onde a condição de atividade da população ativa poderia ser sintetizada pelas situações de emprego e desemprego.

A reprodução deste caleidoscópio ocupacional estava e está relacionada aos problemas estruturais de absorção de força de trabalho, historicamente conhecidos no desenvolvimento econômico da América Latina. Contudo, é dever ressaltar que os movimentos de expansão e



retração econômica tenderam a alterar este caleidoscópio, na medida em que melhoraram ou agravaram a situação global de emprego, afetando a possibilidade de trânsito (mobilidade) dos indivíduos entre situações ocupacionais. Também, estes movimentos ampliaram ou reduziram a perspectiva individual de uma saída da condição de desemprego permitida pelo acesso a uma ocupação no segmento formal. Neste sentido, a dinâmica econômica tendeu a modificar o caleidoscópio ocupacional, alternando no tempo as características de precariedade e heterogeneidade do mercado de trabalho sem, no entanto, jamais superá-las<sup>3</sup>.

Como mostrou o estudo clássico de Jahoda et al. (1971) sobre o desemprego na periferia de Viena (Marienthal) nos anos 30, a condição de desemprego aberto, em uma região onde preponderava o assalariamento industrial, pôde ser mantida enquanto existiram perspectivas de reemprego. A longa duração da crise, ao debelar as esperanças dos desempregados, obrigou-os a abandonar a cultura do assalariamento e a buscar alternativas de ocupação e renda, mesmo que na sua maioria fossem caracterizadas por uma grande precariedade da condição de atividade, redesenhando o mercado de trabalho local.

As implicações da heterogeneidade do mercado de trabalho sobre a condição de atividade podem ser mais bem tratadas a partir do esquema formulado originalmente por Offe (1985) e, posteriormente, desenvolvido por Paci (1992) para pensar o problema social na Itália de hoje (Esquema 1). Paci considera que o sistema de cidadania pode ser organizado em quatro grandes estratos:

- i) produtivo-protegido*, formado pelos setores produtivos centrais ou oligopolísticos da sociedade;
- ii) reprodutivo-protegido*, dominado pelas atividades do Estado e do serviço público;
- iii) produtivo-não-protegido*, caracterizado pelas atividades dos pequenos negócios, base da economia informal; e
- iv) reprodutivo-não-protegido*, constituído pelas atividades de subsistência, ou, segundo as palavras do autor, *marginal*.

---

<sup>3</sup> Sobre esta questão, conferir o estudo de Pugliese (1993).

### Esquema 1 - INSERÇÃO ECONÔMICA E SEGMENTAÇÃO SOCIAL

	Protegido	Não-Protegido
Produtivo	<i>i</i>	<i>ii</i>
Reprodutivo	<i>iii</i>	<i>iv</i>

Fonte: Paci (1992)

O longo período de crescimento do pós-guerra implicou uma crescente dominância dos dois primeiros estratos, que influenciou positivamente as condições ocupacionais mais precárias. O efeito positivo do crescimento não se deveu somente ao aumento expressivo, em termos relativos e absolutos, do trabalho assalariado protegido, mas também ao desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, que, sustentado nas diversas políticas públicas e nas negociações coletivas, permitiu que parte ponderável dos trabalhadores desempregados pelo núcleo formal não migrasse, nos momentos de queda conjuntural do nível de emprego, para os segmentos não-protegidos, fazendo com que estes segmentos constituíssem espaços econômicos destinados à população urbana de migração recente de baixa qualificação. A crise e/ou a reestruturação produtiva e do próprio Estado de Bem-Estar romperam e inverteram a tendência de crescente dominância dos estratos protegidos, ao mesmo tempo que inviabilizaram o trânsito positivo entre estratos e, dada a longa duração do desemprego, passaram a jogar antigos contingentes de ex-assalariados nos estratos não-protegidos (Dedecca, 1996d).

Este esquema é útil para pensar a recente experiência latino-americana. Como sabemos, os dois últimos estratos mantiveram-se sempre representativos no processo de desenvolvimento do pós-guerra, sem jamais sinalizarem que cumpririam uma função residual na dinâmica das estruturas econômicas e na organização dos mercados de trabalho. Se, por um lado, uma massa extensa de trabalhadores mantinha-se em situações precárias de atividade produtiva, por outro, a debilidade do Estado de Bem-Estar alimentava um fluxo bidirecional constante entre os segmentos protegidos e não-protegidos. A crise econômica e os programas de liberalização econômica adotados pelos diversos países da região, a partir do final dos anos 70, ao comprometerem o limitado crescimento dos segmentos protegidos, impuseram um forte fluxo destes para os estratos não-protegidos, que tenderam a uma rápida expansão, fosse em razão da chegada dos ex-assalariados, fosse em virtude da continuidade do processo de migração e crescimento urbano, que estruturalmente alimentou e alimenta um incremento substantivo da força de trabalho disponível.

Portanto, se já eram pequenas as esperanças de uma homogeneização do mercado de trabalho das economias latino-americanas, que pudesse propiciar maior dominância das situações de ocupação plena e protegida, em que o desemprego aberto se restringisse ao friccional, a crise e os programas de ajuste econômicos adotados as têm progressiva e definitivamente comprometido. Mais do que nunca, o espírito que caracterizava os trabalhos sobre informalidade deve prevalecer nos estudos atuais. Aquela preocupação de conhecer a diversidade de formas de relações de trabalho deve ser mantida, pois nossa heterogeneidade estrutural e histórica passou a ganhar, agora, uma nova dinâmica e velocidade.

A impossibilidade de que a maioria mantenha autonomamente a situação de desemprego aberto por um longo período faz com que as atividades informais não mais cumpram o papel de absorvedoras do excedente de força de trabalho em relação aos segmentos modernos da atividade econômica, mas, agora, o de incorporadoras de força de trabalho expulsa por estes segmentos, incapacitadas de manter, a longo prazo, a situação de desemprego aberto. Como bem afirma Freyssinet (1992) sobre o caso europeu, em que existem programas importantes de proteção ao desempregado nos espaços nacionais, *“no plano estatístico, a correlação entre a taxa de desemprego global e a porcentagem de desempregados de longa duração no conjunto dos desempregados é indiscutível, mesmo se a relação seja grosseira”* (p. 132). Isto é, o aumento do desemprego global é caracterizado por uma perda de importância relativa do desemprego aberto de curta duração, pois a saída de pessoas da condição de desemprego decresce no tempo, enquanto o ingresso apresenta tendência de crescimento. Caso esta situação esteja amparada por um sistema efetivo de proteção ao desemprego, deve-se observar um aumento do desemprego aberto de longa duração. Em um contexto de ausência ou presença limitada de um sistema de proteção, a situação de desemprego de longa duração não deverá se manifestar exclusivamente por meio do desemprego aberto, mas também mediante formas diversas de desemprego, marcadas inclusive pela presença de renda monetária proveniente de uma atividade descontínua e irregular, tanto necessária para a sobrevivência do desempregado, como decisiva para a manutenção da própria busca de trabalho.

Caso estas formas irregulares de trabalho sejam consideradas como ocupação, será observado um aumento do setor informal com uma redução da importância relativa do desemprego. Em termos analíticos, podemos esquematizar esta situação de maneira bastante simples. Se a taxa de crescimento da população economicamente ativa é  $TA$ , se a taxa de crescimento da ocupação no

setor formal é TF e a do desemprego aberto é TD, observamos que o aumento do setor informal corresponde a  $TI=TA-(TF-TD)$ , sendo que a relação  $TD/(TF-TD)$  deverá ser decrescente.

Assim, a estagnação do mercado de trabalho se traduziria, principalmente, em informalização, em vez de determinar crescimento do desemprego. O aumento do trabalho precário provocado pelo ingresso de ex-assalariados é um indicador da necessidade de repensar a noção de informalidade, bem como suas próprias situações de trabalho.

A literatura sempre tendeu a tratar o setor informal como produto de um crescimento econômico caracterizado por capacidade limitada em gerar postos de trabalho no setor moderno em volume compatível com a disponibilidade de força de trabalho existente. Em geral, entendia-se que a força de trabalho migrante de baixa qualificação, ao não possuir capacidade de inserção nos setores modernos, recorria às ocupações informais, principalmente ao serviço doméstico e aos serviços pessoais e domiciliares. O esgotamento do crescimento na América Latina mostrou, nos anos 80, um aumento generalizado da informalidade provocada pela estagnação do nível de emprego nos setores modernos, mas também pelo ingresso de contingentes de ex-trabalhadores assalariados do núcleo protegido.

Se, anteriormente, diversos autores consideraram extremamente difícil definir com exatidão a idéia de setor informal – como afirma Cacciamali (1983), citando uma frase atribuída a Hans Singer: “*O setor informal é como uma girafa, difícil de descrever mas fácil de reconhecer*” (p. 37) –, essa tarefa é ainda mais ingrata em face de uma conjuntura de perda de dinamismo do mercado de trabalho que se associa a uma baixa capacidade de geração de novos postos de trabalho pelo setor moderno, onde as situações ocupacionais informais se expandem rapidamente.

Por outro lado, a mesma literatura dos anos 70 apontava o problema da heterogeneidade do mercado de trabalho como resultado de um crescimento das atividades modernas inferior ao incremento da disponibilidade de trabalho, enquanto nos anos 80-90 a heterogeneidade passa a ser, também, um produto da expulsão de trabalhadores formais para a situação de informalidade, com uma passagem pela situação de desemprego aberto.

Retomando o esquema de Paci (1992), podemos dizer que os anos de expansão acelerada de nossas economias permitiram um aumento relativo dos segmentos *i* e *ii*, insuficiente para fazer das situações ocupacionais informais (*iii* e *iv*) um resíduo. A partir de 1980 a situação se inverte, com perda de importância absoluta e relativa dos segmentos *i* e *ii* e aumento sistemático dos segmentos

*iii e iv.* Alguns autores denominaram este processo como “informalização” e outros, “precarização” dos mercados de trabalho latino-americanos. Independentemente do termo adotado, parece ser inquestionável que uma massa crescente de trabalhadores apresenta alta vulnerabilidade da sua condição de atividade.

Um autor francês propôs que parte destas situações de precariedade representaria nada mais que um halo da situação de desemprego aberto (Cézard, 1986). Como vimos apontando, é largamente reconhecido que tanto as situações ocupacionais protegidas como as de desemprego aberto têm perdido sistematicamente importância nos mercados de trabalho nacionais. Para este autor, a OIT considera que os desempregados devem satisfazer condições restritas: procurar efetivamente um emprego, estar disponíveis para se ocupar, não exercer qualquer atividade profissional. A satisfação destas condições supõe uma razoável probabilidade de reemprego e a existência de fundos financeiros – próprios ou de terceiros – que lhes permitam dedicar todo o seu tempo disponível à procura de trabalho.

Em países onde existe um amplo sistema de seguro desemprego e um efetivo sistema de intermediação de mão-de-obra, é inquestionável a possibilidade de que o trabalhador desempregado mantenha pressão permanente sobre o mercado de trabalho no sentido de conseguir um novo emprego. Esta é uma condição que favorece uma melhor mensuração do desemprego. Além disso, o maior grau de assalariamento nestes países torna também mais visível o desemprego, por ser mais objetiva a procura de trabalho por estes indivíduos, contrariamente ao observado para as pessoas que trabalham ou trabalhavam por conta própria. Mesmo assim, autores reconhecem que a perda de dinamismo dos mercados de trabalho nacionais tem produzido mudanças estruturais na condição de ocupação da População Economicamente Ativa, com a emergência de situações de desemprego mais complexas (Freyssinet, 1993; 1995). Segundo a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico – OCDE, em seu estudo recente sobre o emprego nos países-membros, *“a medida clássica de desemprego não é provavelmente mais que um indicador parcial da subutilização dos recursos em mão-de-obra”* (OCDE, 1994: 43, tradução nossa).

É incontestável que no cenário internacional tem se observado, tanto entre os gestores de políticas públicas como entre os analistas acadêmicos ou não, uma crescente reserva quanto à capacidade do indicador clássico de desemprego aberto em conseguir expressar adequadamente o problema nos países desenvolvidos. Em situações econômicas marcadas por um progressivo

distanciamento do pleno emprego e por uma descrença cada vez maior na noção de que o crescimento econômico poderá resolver os problemas existentes de emprego, passa-se a reconhecer a complexidade das situações de desemprego e o irrealismo de aceitar o desemprego aberto como uma medida representativa do problema.

Duas características cada vez mais marcantes do desemprego sinalizam a gravidade do problema. A primeira delas é a elevação do fluxo de entrada na condição de desemprego em contraste com a tendência de redução do fluxo de saída. Isto é, tem se verificado uma elevação do volume de entrada desproporcional ao de saída do desemprego. A segunda característica, relacionada à primeira, é que as transformações observadas no mercado de trabalho, ao repor ou aprofundar sua heterogeneidade, tornam mais complexo o fenômeno do desemprego e sua própria dinâmica. Mesmo que de maneira menos pronunciada, estas características têm se inscrito na evolução dos mercados de trabalho americano e canadense a partir dos anos 80, apesar de estes mercados mostrarem capacidade de manter relativamente baixa a taxa de desemprego aberto em razão de maior absorção de força de trabalho (CEPR, 1995).

Deve-se ressaltar que, em face da estruturalmente baixa taxa de crescimento da população em idade ativa na maioria dos países avançados, o desemprego tem resultado da redução do assalariamento provocada pelos programas de racionalização produtiva que se desenvolvem em um mundo globalizado e cada vez mais financeirizado, onde as formas de assalariamento protegidas determinaram a dinâmica dos mercados de trabalho nacionais (Thurow, 1996). Conclui-se, portanto, que, mesmo na presença de sistemas de proteção ao desemprego e de intermediação da mão de obra, o desemprego nos países avançados vem extrapolando a situação de desemprego aberto, fazendo com que o renascimento de relações de trabalho precárias nestas sociedades esteja articulado à manifestação mais complexa do desemprego, como bem descreve a OCDE (1994; 1995).

Como mostraram os trabalhos sobre o setor informal, a América Latina se manteve sistematicamente distante do padrão de organização do mercado de trabalho dominante nos países avançados. As experiências industrializantes permitiram consolidar certo grau de assalariamento em algumas de nossas economias, sem que, no entanto, ele dominasse completamente as estruturas ocupacionais.

Mesmos nas experiências onde o assalariamento protegido alcançou níveis mais elevados, como observado no Brasil, ele sempre representou uma parcela relativamente limitada da estrutura ocupacional. Segundo Baltar (1996), estimativas feitas a partir dos Censos Demográficos e da PNAD mostram que, *“em 1979, havia 30,3 milhões de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no conjunto do país, isto é pouco mais de 2/3 da ocupação total. Desse total de ocupados não-agrícolas, 76,2% tinham um emprego assalariado. Os outros 23,8% eram trabalhadores por conta-própria, empregadores e sem remuneração (...). Essa proporção de auto-ocupados (...) é relativamente elevada, pois nos países desenvolvidos ela dificilmente supera a cifra de 10%”* (p. 2). Em 1979, embora 77% dos assalariados possuíssem vínculo formalizado de trabalho, somente 25% dos empregados eram contratados por empresas de grande porte.

Estes dados sugerem, portanto, que ao fim de um importante período de forte crescimento e de rápidas transformações da economia e sociedade brasileiras o assalariamento protegido e o assalariamento em grandes empresas representaram, respectivamente, 59% e 19% do total da população ocupada em atividades não-agrícolas. Parece difícil contestar que a crise dos anos 80 e 90 tem representado o questionamento de uma organização socioeconômica que se manteve muito distante da sonhada sociedade salarial, que havia dominado nos países avançados no pós-guerra. E é igualmente custoso refutar que a economia brasileira na sua trajetória de desenvolvimento sustentou uma base ampla de situações ocupacionais heterogêneas, seja nas atividades agrícolas seja nas atividades urbanas.

### **1.1 Crise e desemprego em um mercado de trabalho heterogêneo**

É sobre um mercado de trabalho pouco estruturado que recaem os difíceis anos de crise e estagnação. O fim da expansão acelerada do emprego industrial foi acompanhado da emergência do desemprego. Este problema, ausente do debate sobre o emprego no Brasil e na América Latina até os anos 70, ganha relevância na discussão dos anos 80. Não interessa aqui discutir a questão do desemprego em si no Brasil. Nossa intenção é apontar que, a partir do esgotamento da trajetória de crescimento acelerado, o problema do desemprego torna-se um elemento central no debate sobre o desempenho econômico e a evolução do mercado de trabalho.

Independentemente dos elementos que possam ter determinado a emergência do fenômeno, ele se apresenta como um sintoma importante na análise do funcionamento dos mercados de

trabalho urbanos no Brasil e na América Latina. Seu aparecimento não esteve relacionado à constatação da subutilização da capacidade produtiva da população, como em geral se observa quando esta questão é tratada nos países avançados. Pois a noção de setor informal já havia colocado a subutilização no centro do debate, na medida em que mostrava que o excedente populacional, ao ser absorvido em atividades de baixa produtividade e remuneração, refletia um uso parcial – e, portanto, desperdício – da capacidade de trabalho existente nas economias latino-americanas (Souza; 1985; Cacciamali, 1983; Azevedo, 1985; Dedecca, 1990).

O reconhecimento do problema do desemprego esteve associado à existência de uma parcela de população cuja capacidade de trabalho se encontrava *involuntariamente* ociosa e que mantinha uma pressão sistemática (procura) por um posto de trabalho com o objetivo de obter uma inserção regular e contínua no mundo produtivo.

A colocação do problema do desemprego separadamente da questão da informalidade se deveu à concepção de que a perda de dinamismo econômico, em uma sociedade que havia alcançado elevado grau de monetização da economia e estabelecido um modo de vida predominantemente urbano, impedia a acomodação de segmentos da PEA em atividades de baixa remuneração e utilização da capacidade de trabalho. Como mostraram os ensaios sobre o setor informal nos anos 70, este, conjuntamente com a construção civil, constituía a porta de entrada para a força de trabalho migrante desprovida de uma tradição de assalariamento e que no caso do setor informal funcionava como um espaço de adaptação compatível com a flexibilidade no uso do tempo de trabalho, que caracterizava sua condição de vida anterior nas pequenas cidades e/ou no meio rural (cf. os ensaios reunidos em PREALC, 1981; Lopes et al., 1979; e o trabalho de Machado da Silva, 1971). Nos anos de crescimento, a informalidade apresentava-se para muitos como uma extensão de um certo modo de vida anterior, após um período de vivência no meio urbano seguido da condição de assalariamento, possibilitada pela trajetória de incremento sistemático do nível de emprego. Pode-se dizer, até, que o setor informal urbano era uma expressão da pobreza dominante no meio rural.

A estagnação econômica ao não mais gerar novas oportunidades de trabalho começou a criar uma subutilização própria de força de trabalho já inserida produtivamente no modo de vida urbano, fazendo com que as pessoas nesta condição necessitassem manter uma busca sistemática de



uma ocupação plena, que permitisse recuperar uma situação de trabalho semelhante à desfrutada anteriormente.

Neste sentido, o debate sobre o desemprego na América Latina e no Brasil não tem como referência a totalidade da força de trabalho subutilizada, mas somente aquela parcela cuja subutilização está associada a uma situação involuntária de desocupação e à procura sistemática de um posto de trabalho. Podemos dizer, ainda, que as taxas de desemprego mensuradas são indicadores conservadores do estado geral de subutilização de força de trabalho estruturalmente presente em nossas economias. A discussão sobre o desemprego torna-se, entretanto, muito mais complexa no Brasil e na América Latina em função da ausência de sistemas de seguro-desemprego efetivos e de longa duração e de intermediação de mão-de-obra.

É possível argumentar que, se a medida tradicional de desemprego (a taxa de desemprego aberto convencional)<sup>4</sup> tem perdido capacidade de mensuração do fenômeno nos países desenvolvidos, em nossos países seu poder explicativo é historicamente reduzido, pois os graus de homogeneidade e de estruturação dos mercados de trabalho foram sistematicamente incipientes e as políticas públicas de proteção ao desemprego não passaram de esboços primários. Sabóia (1986:86) afirma: *“Apesar do crescimento das taxas de desemprego em 1981 e 1983, tanto nas Regiões Metropolitanas quanto no conjunto do país, a elevação foi relativamente modesta quando comparada com a dimensão da crise econômica. Esses resultados não chegam a surpreender, na medida em que a situação de desemprego aberto em um país como o Brasil é obrigatoriamente transitória. A inexistência do seguro-desemprego no setor formal da economia obriga os trabalhadores desempregados a procurarem algum tipo de ocupação no setor informal, permanecendo por pouco tempo nas estatísticas de desemprego. Esses dados mostram também a limitação das taxas de desemprego aberto, que não distinguem a situação de uma pessoa empregada no setor formal daquela de um indivíduo que exerça qualquer tipo de atividade no setor informal da economia”*. Em suma, existe o reconhecimento de que a condição de desemprego necessita ser financiada pelo desempregado a partir de fundos próprios ou de terceiros, reduzindo, portanto, o poder explicativo do indicador tradicional de desemprego. É a falta involuntária de trabalho, associada à procura, que deve ser mensurada. Entretanto, todo um debate se instala,

---

<sup>4</sup> Será considerada como desemprego aberto convencional uma situação individual caracterizada pela procura de trabalho, pela disponibilidade total de se empregar e pelo não-exercício de qualquer atividade remunerada nos últimos sete dias. Este é o critério internacional reconhecido seja pela OIT, seja pela OCDE, BLS ou EUROSTAT, por exemplo.

inicialmente, em torno de dois temas: o período de procura e a idade mínima ao se ingressar na PEA.

O debate em torno do período de procura se deve a uma tradição estabelecida nos países desenvolvidos durante os anos de quase pleno emprego<sup>5</sup>, quando a elevada possibilidade de reemprego não justificava a situação de desemprego sem procura nos 7 dias anteriores à pesquisa<sup>6</sup>. Esta tradição tem sido progressivamente questionada, fazendo com que diversos levantamentos estatísticos passem a adotar o período de 30 dias como referência para a procura de trabalho. Este procedimento tem justificativas diversas. Uma delas decorre da fragilidade do mercado de trabalho, que sinaliza claramente ao desempregado que uma nova procura feita a partir de uma mesma oferta de posto de trabalho pode contribuir para a perda de qualificação do indivíduo no próprio mercado. Em uma situação em que os novos postos de trabalho são ainda mais escassos, faz-se necessário aos desempregados administrar seu grau de exposição aos ofertantes de trabalho. Uma outra justificativa está associada à necessidade de ajuste do núcleo familiar em face da situação de desemprego de um de seus membros, que pode impor a este a responsabilidade momentânea de tarefas familiares que comprometem a procura em uma determinada semana. Também a duração prolongada da situação de desemprego altera as expectativas do indivíduo, que, em debilitada condição financeira, necessita maximizar a procura de trabalho. Em suma, a estagnação econômica e, por decorrência, a do mercado de trabalho tornam a procura mais complexa, deslocando o período de 7 dias como uma referência importante para a mensuração do desemprego aberto.

O segundo tema refere-se à idade mínima para ingresso na condição de atividade. Nos países desenvolvidos adota-se, normalmente, a idade de 14 a 18 anos. Este critério é justificado pela obrigatoriedade e efetividade do ensino básico, que, na presença de uma política ativa de rendas, impedia que crianças participassem dos mercados de trabalho nacionais. A garantia de uma

---

<sup>5</sup> O rompimento da situação de plena utilização da capacidade produtiva e da força de trabalho e as implicações para o debate do desemprego nos países avançados são ricamente explorados em Gordon (1987).

<sup>6</sup> Esta concepção foi expressa, inclusive, nas resoluções da VIII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho de 1954, que focaram o problema da falta de trabalho no desemprego aberto com procura e não-trabalho na semana de referência. Ela contaminou boa parte dos sistemas estatísticos e das análises nos países desenvolvidos, quando o crescimento sustentado sugeria uma organização do mercado de trabalho dicotômica, onde o desemprego era fundamentalmente friccional. É bastante comum encontrar nos estudos publicados nas revistas dos órgãos de estatísticas europeus e americano referências a uma taxa de desemprego aberto/OIT, em referência às proposições produzidas pela Conferência dos anos 50. Entretanto, a perda de dinamismo econômico e seus efeitos sobre o emprego induziram um esforço de reflexão mais acurado sobre a nova configuração daqueles mercados de trabalho, inclusive expresso nas resoluções da XIII Conferência Internacional de 1982, onde se adota um critério mais abrangente para o período de procura, onde é ressaltada a necessidade de produção de estatísticas que respeitem as especificidades dos mercados de trabalho nacionais e onde se aponta para a possibilidade de construção de outros indicadores de desemprego, como o caracterizado pela situação de desalento.

ocupação e de um nível de renda familiar satisfatórios desestimulou tentativas de burla de um ordenamento social, tornando uma tradição que somente os jovens com mais de 14 a 18 anos buscassem ingressar no mercado de trabalho. Esta situação não é observada em nossos países, tanto no meio rural como no urbano. É largamente reconhecido que os baixos níveis de renda da grande maioria das famílias, na ausência de uma política social mais efetiva, estimulam o ingresso precoce de seus membros na atividade produtiva. Para muitas famílias, a vida produtiva precoce é, inclusive, um instrumento de proteção contra o submundo do crime. Portanto, seja em razão da limitada renda apropriada, seja como medida de proteção social, observa-se a recorrência de jovens com menos de 14 anos ao mercado de trabalho. Assim, o critério de idade mínima de 10 anos tende ser mais realista, refletindo mais apropriadamente o mercado de trabalho para a população jovem<sup>7</sup>.

Os dois critérios anteriores requalificam a situação de desemprego. Em primeiro lugar, porque se admite que a disponibilidade de força de trabalho é mais extensa, abarcando segmentos que deveriam estar fora do mercado de trabalho. Em segundo lugar, porque é reconhecida a debilidade da procura em 7 dias em uma conjuntura econômica que torna cada vez mais distante e menos provável a situação de pleno emprego, que pudesse reduzir o problema de emprego ao desemprego keynesiano (friccional).

É necessário, portanto, repensar o desemprego em uma economia onde a subutilização de força de trabalho é enorme, pois demanda-se a definição de critérios mais precisos que identifiquem as situações de desemprego involuntário com procura de trabalho, no sentido de superar a limitação do indicador de desemprego aberto convencional, sem desembocar em um outro indicador que identifique o desemprego com a subutilização global da força de trabalho de um economia profundamente heterogênea. Neste sentido, rigor é sinônimo de uma postura metodológica e analítica conservadora da subutilização de força de trabalho, exigindo a adoção de critérios que, independentemente da conjuntura econômica, possibilitem a mensuração da quantidade de força de trabalho que mantém pressão constante (procura) sobre o mercado de trabalho, bem como do fluxo de pessoas que perdem emprego e ingressam na inatividade e daquelas que, em face da pouca probabilidade de obter um novo emprego, se desencorajam e reduzem a intensidade da procura de trabalho.

---

<sup>7</sup> A realidade do trabalho infantil no Brasil é reconhecida pelo próprio governo, que recentemente implantou um programa específico, a partir do Ministério da Previdência Social, de provimento de renda às famílias que aceitarem manter seus filhos com menos de 14 anos fora da vida produtiva e na escola. Também o debate sobre a renda mínima tem como um de seus focos garantir renda para que as famílias não retirem precocemente seus filhos do sistema educacional.

## 2 O desemprego metropolitano e sua mensuração

É amplamente reconhecido que um *tour de force* conceitual e metodológico deve ser empreendido no estudo da População em Idade Ativa (PIA) com o objetivo de bem qualificar a População Economicamente Ativa (PEA) e, em específico, a População Desempregada. Além do período de procura de 30 dias, dois outros critérios para aferição deste desemprego são internacionalmente reconhecidos: a *continuidade* e a *regularidade* do trabalho com manutenção da procura por um emprego (OCDE, 1995). Estes dois critérios permitem averiguar a ocasionalidade e aleatoriedade da situação de trabalho. Isto é, em decorrência de necessidades individuais ou familiares, o desempregado pode chegar a realizar, simultaneamente à manutenção da procura, um trabalho ocasional caracterizado pela descontinuidade, pela falta de regularidade e pela inexistência de previsibilidade quanto à ocorrência da atividade no futuro próximo.

O empenho em construir novos indicadores – seja nos países desenvolvidos, seja nos países em desenvolvimento – decorre do reconhecimento das novas condições de funcionamento dos mercados de trabalho urbanos, em que ressaltam não somente uma participação progressivamente mais baixa do assalariamento protegido, mas uma probabilidade temporalmente decrescente de reemprego que tem se traduzido em um crescimento do tempo médio de desemprego em todos os países. As novas condições de funcionamento dos mercados de trabalho tornam, portanto, o desemprego um fenômeno mais complexo, que foge cada vez mais dos critérios internacionais adotados tradicionalmente, formulados a partir das diretrizes propostas pela Organização Internacional do Trabalho durante os anos 50/70<sup>8</sup>. Estas novas condições dinâmicas do mercado de trabalho foram, inclusive, analisadas na XIII Conferência Internacional de Estatístico do Trabalho da OIT, em 1982, e em estudo realizado pelo seu Instituto Internacional de Estudos do Trabalho – IIES, (Rodgers, 1989), onde se afirma a impossibilidade de manter a visão sobre a organização do mercado de trabalho construída nos anos de prosperidade e pleno emprego.

A grande dificuldade posta neste debate corresponde à elaboração de critérios que permitam evidenciar a heterogeneidade das condições de atividade da população em idade ativa e, ao mesmo tempo, distinguir a subutilização de força de trabalho decorrente da falta de um trabalho que ocupe regular e majoritariamente o tempo de trabalho disponível de um indivíduo das demais situações

<sup>8</sup> Cf. as resoluções da VIII Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho, realizada em 1954.

ocupacionais em que se observa subutilização da força de trabalho decorrente do baixo nível de produtividade e/ou atividade. Adotando termos de uso mais generalizado, podemos dizer que a tarefa é diferenciar as situações de ocupação plena e de ocupação informal – nas quais a regularidade e continuidade e a ausência de procura de trabalho caracterizam a inserção produtiva – em relação às situações de desemprego.

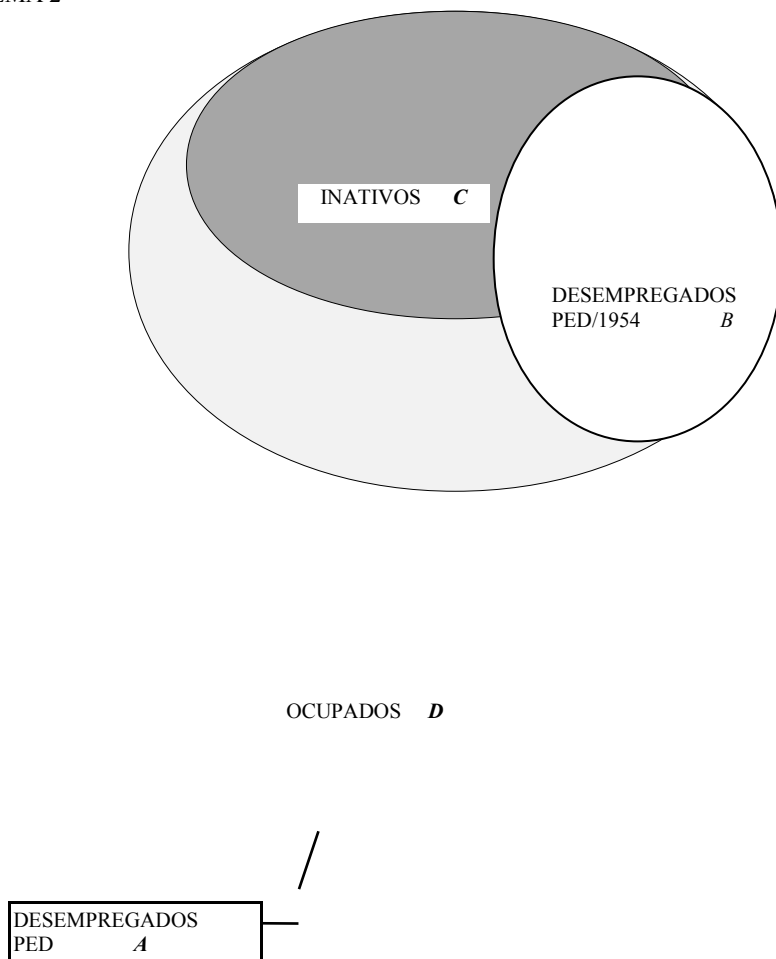
Duas questões relativas a este ponto da discussão merecem ser ressaltadas. Em primeiro lugar, é patente que a construção de indicadores mais complexos requer uma avaliação metodológica criteriosa das situações ocupacionais, impondo a adoção de procedimentos rigorosos na formulação dos critérios adotados, que não permitem deduzir ou desdobrar diretamente a qualidade analítica dos recortes metodológicos elementares – por exemplo, do período de 7 ou 30 dias de procura e da idade mínima para ingresso na PEA. Por outro lado, a formulação de indicadores mais complexos que respondam a tal rigor analítico e metodológico deve ser acompanhada de instrumentos de coleta mais minuciosos, cuja exigência decorre, fundamentalmente, das condições de heterogeneidade das situações de atividades prevaletentes nos mercados de trabalho nacionais.

A nosso ver, estes elementos teóricos sobre a construção de propostas metodológicas para a elaboração de indicadores de desempenho do mercado de trabalho urbano qualificam a afirmação de que a discussão entre as duas principais opções metodológicas existentes no Brasil não pode e não deve se pautar por análises focadas nos instrumentos de coleta ou em posições firmadas a partir de visões genéricas sobre possíveis diferenças de abrangência conceitual decorrentes dos critérios metodológicos elementares.

Esta posição crítica é ainda melhor sustentada quando transitamos do debate teórico para a análise empírica. Por sua construção metodológica mais complexa e abrangente (Paes de Barros et al., 1996), a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-SEADE/DIEESE permite o cálculo da taxa de desemprego convencional segundo as resoluções da OIT de 1954, normalmente produzida pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME-IBGE. A partir da população desempregada estimada pela PED-1982 (*Área A* do Esquema 2), podemos chegar ao desemprego aberto segundo a resolução da OIT de 1954 (*Área B*), bem como aos segmentos de inativos (*Área C*) e de ocupados (*Área D*), que formam a diferença entre as duas taxas.

---

ESQUEMA 2



---

Como é amplamente conhecido, são bastante distintos os critérios que cada uma das propostas metodológicas utiliza na construção de seus principais indicadores (ver Esquema 2). No caso da PME, os períodos de referência de 7 e 30 dias são adotados para a mensuração do desemprego e a idade de 15 anos corresponde ao corte inferior para a definição da PIA. A procura de trabalho em 30 dias, quando não realizada nos 7 dias anteriores à entrevista, deve ter sido efetuada de maneira contínua, não podendo ter sofrido uma interrupção durante duas semanas consecutivas<sup>9</sup> ou ter sido acompanhada do exercício de qualquer tipo de trabalho.

---

<sup>9</sup> De fato, basta que a interrupção tenha ocorrido nas duas últimas semanas anteriormente à entrevista para que a pessoa seja classificada como inativa. Como a diferença entre os indicadores de desemprego para sete e trinta dias decorre de um conjunto de pessoas que não realizaram procura em sete dias, basta que não tenha havido a procura na segunda semana – isto é, entre oito e quinze dias – para que a condição de desemprego seja desqualificada, mesmo que a pessoa tenha buscado intensivamente um trabalho entre o décimo sexto e o trigésimo dia.

**Esquema 3 - CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE**

SEGUNDO A PME A E PED

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO	PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO
<p><b>DESEMPREGADO ABERTO</b> - pessoas de 15 anos ou mais que não tinham trabalho na semana de referência, mas que estavam dispostas a trabalhar, tendo tomado alguma providência neste sentido.</p>	<p><b>DESEMPREGO ABERTO</b> - pessoas de 10 anos ou mais que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos 7 últimos dias.</p> <p><b>DESEMPREGO OCULTO PELO TRABALHO PRECÁRIO</b> - pessoas de 10 anos ou mais que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás.</p> <p><b>DESEMPREGO OCULTO PELO DESALENTO E OUTROS</b> - pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.</p>
<p><b>OCUPADOS</b> - pessoas com 15 anos ou mais que trabalharam – com remuneração monetária ou sem remuneração em ajuda a membro da família – toda a semana de referência ou parte dela e aquelas que tinham trabalho, mas não trabalharam por um motivo específico (férias, licença, falta involuntária ao trabalho, greve, doença, más condições de tempo ou outro impedimento temporário independente de sua vontade, tal como quebra de máquina, limitação de produção, etc.)</p>	<p><b>OCUPADOS</b> - pessoas de 15 anos ou mais que (a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente; (b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual; (c) possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho; e (d) excluem-se as pessoas que de forma bastante excepcional fizeram algum trabalho nos últimos 7 dias.</p>

Fonte: IBGE, 1983; Troyano, 1985; SEADE/DIEESE, 1996.

Para a PED, o desemprego aberto tem como critérios a procura em 30 dias, o não-trabalho em 7 dias e o corte mínimo de idade da PIA em 10 anos. Além disso, são quatro os parâmetros básicos específicos que, combinados, permitem “classificar a PIA como desempregada, ocupada e inativa (...): i) procura efetiva de trabalho; ii) disponibilidade para trabalhar com procura em 12

*meses; iii) situação de trabalho; iv) tipo de trabalho exercido*” (SEADE/DIEESE, 1995: 18). A adoção destes parâmetros sustenta tanto o indicador de desemprego aberto como os indicadores complementares de desemprego oculto por trabalho precário e por desalento.

As diferenças metodológicas entre os levantamentos são significativas, não porque adotam critérios distintos para a procura de trabalho e para a definição da PIA<sup>10</sup>, mas fundamentalmente pela forma como cada pesquisa deduz as condições de atividade e ocupação de cada entrevistado. A PME adota um procedimento pontual, com pouco questionamento das condições de uma eventual ocupação e da procura e disponibilidade de trabalho. De fato, volta-se fundamentalmente para a manifestação do desemprego em sua forma imediata – o desemprego aberto em 7 dias (IBGE, 1983).

Já a PED faz uma investigação mais aprofundada da procura e da disponibilidade de trabalho, bem como de um trabalho ocasional, em razão de acreditar que, em face da heterogeneidade do mercado de trabalho e da ausência de mecanismos de proteção ao desemprego e de intermediação de mão-de-obra efetivos, faz-se necessário ser muito rigoroso na coleta de informações sobre a condição de atividade do entrevistado.

### **3 Análise do desemprego metropolitano**

Como vimos apontando, a sociedade brasileira tem conhecido, desde a segunda metade dos anos 70, dificuldades em relançar a economia nacional em uma trajetória de crescimento sustentado. Estas dificuldades vêm se traduzindo em instabilidade econômica, onde inflação e movimentos recessivos e expansivos abruptos se associam sistematicamente, impondo ganhos limitados e muitas vezes esparsos de produtividade, reorganização espontânea da estrutura econômica com comprometimento dos laços produtivos inter setoriais, estagnação do valor agregado global da economia e baixo incremento do nível de emprego formal total.

Esta dinâmica econômica tem estabelecido uma relação particular com o mercado de trabalho, onde importantes mudanças nas estruturas de ocupação e renda se processaram ao longo do período, acentuando uma heterogeneidade econômica e social historicamente presente na sociedade brasileira. Estas mudanças foram impostas:

---

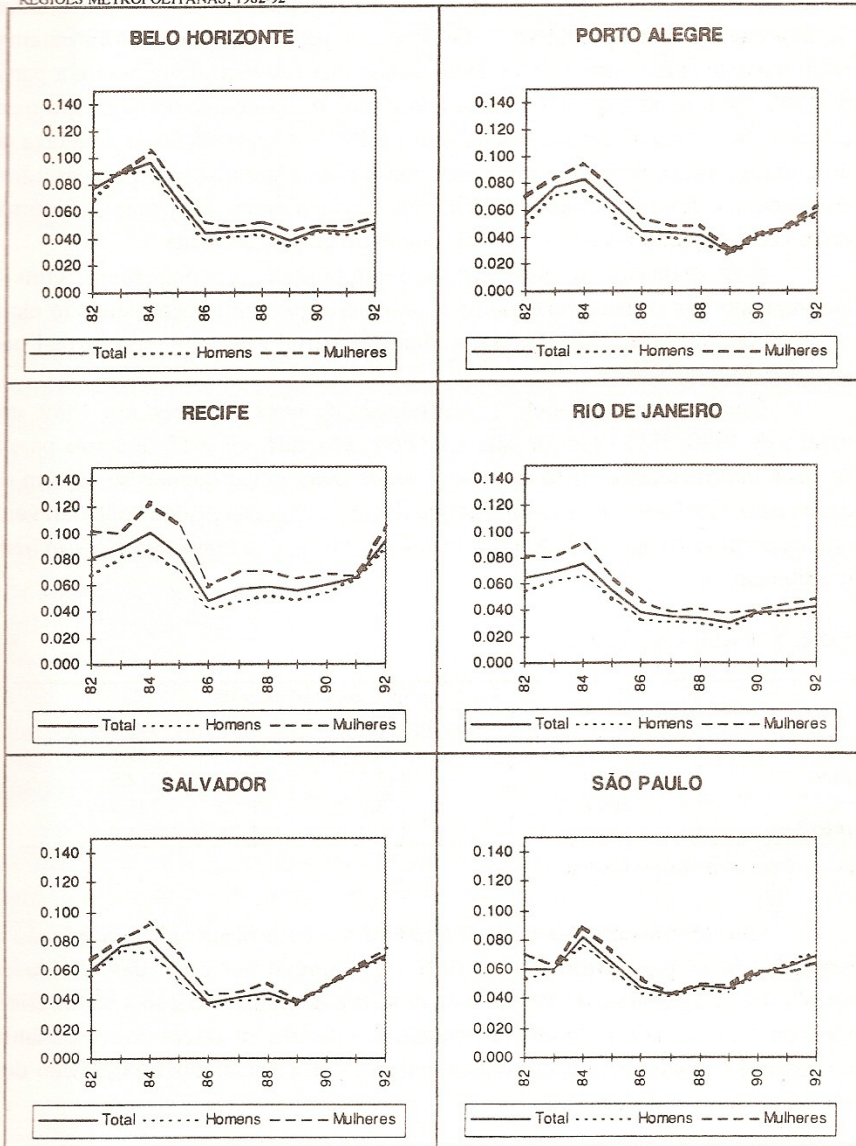
<sup>10</sup> Cabe ressaltar, inclusive, que o documento metodológico da PME afirma ser a idade mínima de 10 anos o critério para ingresso na PIA e na PEA (cf. IBGE, 1983:14), apesar de os indicadores divulgadores adotarem o corte de 15 anos ou mais.



- a) tanto pela estagnação do emprego nos setores que se constituíram nos carros chefes da expansão dos anos 70 – a Indústria de Transformação e a Construção Civil – como pelos incrementos do emprego público, em grande parte associado à expansão dos serviços sociais, e do trabalho no sistema financeiro e no setor de serviços voltado para a alta renda, ambos garantidos pelos mecanismos inflacionários de proteção dos níveis de renda dos estratos médios e superiores urbanos;
- b) pelo processo de descentralização produtiva, caracterizada principalmente pela menor importância da Região Metropolitana de São Paulo na geração do produto nacional – exceção feita ao setor financeiro;
- c) pelas alterações nos fluxos migratórios que, associados às mudanças demográficas estruturais e ao processo de descentralização produtiva, modificaram o padrão de crescimento urbano concentrado na região sudeste, que havia prevalecido nos anos 50/70, influenciando o perfil de mão-de-obra disponível regionalmente e a demanda de serviços urbanos, como transporte, habitação, educação, saúde, redes de distribuição.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, suas novas condições de funcionamento passaram a demandar uma análise mais abrangente tanto setorial como regionalmente. Boa parte das preocupações voltou-se para a nova dinâmica do emprego e da renda, que dado o contexto de desempenho econômico limitado e de baixo incremento do emprego formal, foi marcada, em grande medida, por esforços dirigidos à exploração analítica de um esperado movimento de precarização dos mercados de trabalho. Existe um razoável consenso que este movimento tenha se estabelecido efetivamente. Grande controvérsia se instala em torno de suas características.

**GRÁFICO 2 - TAXAS DE DESEMPREGO SEGUNDO SEXO  
REGIÕES METROPOLITANAS, 1982-92**



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE.

Uma primeira visão de sua tendência mais geral sugere que as mudanças teriam se restringido ao perfil da estrutura ocupacional, na medida que as taxas de desemprego metropolitanas – Gráfico 2 – permaneceram em um patamar relativamente baixo entre 1986 e 1990, sendo que seu recrudescimento, a partir de 1990, foi limitado, quando comparado aos níveis atingidos no momento mais crítico da recessão da década passada, isto é 1983. A reprodução de uma taxa de desemprego baixa teria sido observada tanto para a população ativa masculina como para a feminina, não indicando, portanto, movimentos compensatórios entre taxas segundo gênero, e nem mesmo entre classes de idade.

Esta evolução do desemprego metropolitano é contrastante com o desempenho dos demais indicadores econômicos, particularmente quando ela é comparada com o desempenho do produto industrial e do emprego formal nos anos 80 (Baltar, 1996b).

Como mostra a Tabela 1, a produção de bens duráveis, em 1989, era igual à de 1980, 10% superior para a de bens não duráveis e 15 % acima para a de bens intermediários. Esta situação é ainda mais grave quando se tomam os dados para 1992 e se observa uma queda de 13% no segmento de bens duráveis, um incremento de apenas 10% em bens não duráveis e um mesmo nível em bens intermediários.

**Tabela 1 - Produção Industrial**  
Brasil - 1980/92

	Produção Industrial (1980=100)		
	Consumo Durável	Consumo Não-Durável	Intermediários
1983	80.3	98.2	89.1
1986	103.4	117.7	114.8
1989	100.8	118.6	115.9
1992	86.5	110.2	101.0

Fonte: Boletim do Banco Central

Um desempenho bastante limitado é também observado em relação à evolução do emprego formal. Em 1991, o emprego no total das atividades econômicas era igual ao de 1980 e o na indústria de transformação 13% inferior. Um resultado ainda mais insatisfatório não se estabeleceu graças ao crescimento do emprego na administração pública, em boa parte vinculado à ampliação dos serviços sociais básicos.

**Tabela 2 - Índices de Emprego Organizado**

	Setores de Atividade (1980=100)						
	Total	Ind. Transf.	Util.Pública	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm.Pública
1983	94.3	83.5	95.7	62.1	89.5	69.0	116.0
1986	108.6	106.8	103.0	69.2	95.4	104.7	142.9
1989	111.3	93.5	112.0	59.2	94.1	111.1	155.4
1991	100.4	87.3	108.2	46.9	80.3	99.5	160.5

Fonte: Painel Fixo RAIS, MTb, 1994.

A perda de dinamismo do segmento organizado do mercado de trabalho torna-se ainda mais grave se comparada com o crescimento médio da população em idade ativa urbana, que foi superior a 3,0% ao ano entre 1980 e 1991. A falta de sintonia entre crescimento da PIA e emprego organizado é um indicador sintético mas bastante elucidativo do problema de emprego que se estabelece no país e que ganha uma nova faceta, com o esgotamento do ciclo expansivo dos anos 70.

Duas visões sobre esse processo vão se consolidando durante os anos 80. Uma interpretação sustenta que mudanças no mercado de trabalho, caracterizadas por um crescimento das ocupações fora do segmento organizado, conformou uma nova segmentação da estrutura ocupacional – que se encontra associada inclusive ao processo de reorganização produtiva – que escapa do atual marco regulatório do mercado de trabalho. Nesta interpretação, a superação dos problemas de emprego depende de mudanças no sistema de relações de trabalho que criem novas condições para a recuperação e qualificação do emprego (Amadeo et al., 1995; 1996). A outra interpretação aceita que o problema do emprego é refletido pela precarização da estrutura ocupacional como fruto da perda de dinamismo econômico, fazendo a ressalva que o problema se expressa também através de um desemprego significativo (Cacciamali, 1992) que não é retratado por seu indicador convencional. Além disso, aponta a não existência de argumentos mais consistentes que sua superação passa pela flexibilização dos direitos trabalhistas, concluindo, portanto, que as mudanças no sistema de relações de trabalho não devem se pautar obrigatoriamente por este tema (Baltar et al., 1996a; Dedecca, 1996).

### **3.1 Mercados metropolitanos de trabalho e desemprego (1982/92) segundo a Pesquisa Mensal de Emprego – PME**

Nesta parte do trabalho pretendemos apresentar as principais tendências dos mercados de trabalho metropolitanos, à luz das informações conjunturais que nos propicia a Pesquisa Mensal de Emprego – PME produzida pelo IBGE, com o objetivo auxiliar o entendimento argumentos que sustentam cada uma das visões sobre a evolução recente de nosso mercado de trabalho.

Face aos movimentos de curto prazo que têm marcado a dinâmica econômica brasileira nos anos 80 e 90, pensamos ser adequado aproveitar os indicadores produzidos pelas pesquisas conjunturais, pois, em princípio, elas devem apresentar uma maior capacidade de captar as alterações abruptas que a instabilidade econômica tende a gerar no mercado de trabalho. Deve-se ressaltar, entretanto, que apesar das pesquisas conjunturais fornecerem, em princípio, um retrato do principais núcleos duros dos mercados de trabalho regionais, elas têm uma cobertura limitada do espaço nacional, seja da área rural, seja da área urbana. Contudo, parece ser inquestionável que o comportamento dos mercados metropolitanos de trabalho se constituem no principal sinalizador das condições mais gerais de funcionamento da economia e dos mercado de trabalho nacionais.

Cabe, ainda, apontar que esta primeira aproximação em relação ao problema do desemprego metropolitano ficará restrita ao período de maio de 1982 à dezembro de 1992. A restrição inicial se deve à adoção de mudanças metodológicas pela PME, em 1982, que impôs a descontinuidade de sua série estatística. A limitação à 1992 decorre da disponibilidade institucional da série, até o presente momento. Reconhecemos que a análise deste período impede explorar parte dos efeitos da recessão, no início da década passada, sobre os mercados metropolitanos de trabalho, bem como apresentar, momentaneamente, um quadro mais abrangente da evolução destes mercados na fase de recuperação econômica ocorrida entre 1993 e junho de 1995 e durante o novo movimento recessivo que se estabelece a partir do segundo semestre do ano passado.

Duas outras observações metodológica devem ser ainda apresentadas. Em primeiro lugar, considerou-se como População em Idade Ativa todas as pessoas de 10 anos ou mais, sendo que a quase totalidade dos indicadores foram estimados como proporção da PIA. A outra observação diz respeito ao cálculo da taxa de desemprego, que tomou os últimos 30 dias como período de referência para procura. Deve-se salientar, como veremos mais a frente no confronto dos dados da PME com os da PED, que este procedimento tem um impacto limitado sobre o nível de

desemprego, quando comparado com o sinalizado pelo desemprego em 7 dias, pois 90%, aproximadamente, das pessoas que efetuaram a procura de trabalho, durante o período em análise, a realizaram nas duas semanas anteriores à entrevista e, em especial, na semana imediatamente anterior. Finalmente, optou-se por se utilizar exclusivamente os dados amostrais em razão dos problemas presentes nas estimativas de população para os anos 80 e, até o presente momento, para os 90. Explicitados este procedimentos metodológicos, podemos nossa análise dos mercados metropolitanos de trabalho.

É amplamente reconhecido que em um país marcado por mudanças permanentes na estrutura espacial da população decorrentes de um vigoroso fluxo migratório inter e intra-regiões, por uma rápida e recente transição do padrão de crescimento demográfico, por uma continuidade do processo de incorporação da mulher no mercado de trabalho e uma elevada concentração populacional nas áreas metropolitanas, exige-se das análises sobre o desempenho do mercado de trabalho a incorporação, como tema central, da questão da disponibilidade de força de trabalho (Paiva, 1986; Neupert et al., 1989). As diversas análises sobre esta questão, nos anos 80, apontaram para uma tendência de aumento da participação econômica total da população determinada por um ingresso da força de trabalho da mulher superior às quedas das taxas de participação dos jovens e dos mais idosos, em especial do sexo masculino. A crescente participação econômica da população e a migração aparecem, em um contexto de crescimento vegetativo ainda elevado da população de 10 anos ou mais, como alavancas de crescimento da PIA e da PEA nos espaços urbanos.

Entretanto, as alterações na distribuição espacial da população provocadas, principalmente, pela reorientação dos fluxos migratórios para as médias cidades e para outras regiões metropolitanas que não as do Rio de Janeiro e São Paulo, afetaram significativamente as tendências ainda observadas nos anos 70 (Martine, 1995), comprometendo as projeções populacionais para os anos 80 e, até o presente momento, para os 90. A falta de informações mais consistentes sobre o crescimento populacional, em especial da população em idade ativa, impede um conhecimento mais acurado sobre a evolução dos estoques populacionais no passado recente. Neste sentido, optamos por utilizar somente os indicadores relativos de participação econômica da população de 10 anos e mais.

Dois procedimentos podem ser adotados para o cálculo destes indicadores. O mais generalizado, baseia-se no cálculo dos indicadores de atividade na População Economicamente

Ativa. A outra forma adota a População em Idade Ativa como base para as estimativas. Neste ensaio utilizaremos o segundo, e menos usual, procedimento<sup>11</sup>.

Entretanto, antes de passarmos aos indicadores calculados segundo este procedimento, merece destaque inicial a apresentação das taxas de desemprego obtidas pela conduta clássica e que orienta parte das posições analíticas anteriormente destacadas. Como vimos, a evolução dos mercados de trabalho metropolitanos não teriam sinalizado, depois de 1984 e nos momentos de menor dinamismo econômico, um crescimento expressivo do desemprego. Isto é, mesmo com um baixo desempenho industrial e uma estagnação do mercado de trabalho organizado, as regiões metropolitanas não se constituíram em espaços para uma manifestação mais contundente do desemprego. Poderia se argumentar, inclusive, que esta particular adaptação dos mercados de trabalho metropolitanos teria decorrido da perda de importância das metrópoles no crescimento populacional brasileiro. Entretanto, os dados preliminares do Censo Demográfico de 1991 apontam para um aumento populacional metropolitano ainda superior ao observado no nível de emprego formal, mesmo para as regiões que conheceram uma desaceleração acentuada em seu crescimento populacional, como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, que foram, inclusive, as que apresentaram um desempenho mais medíocre do mercado de trabalho .

Porém, um outro quadro analítico é possível de ser construído se adotado o segundo procedimento. Quando tomamos as taxas de participação das regiões metropolitanas constatamos que, excetuando a região metropolitana do Recife, todas as demais apresentaram, segundo a PME, uma tendência de queda nos períodos de 1982/84 e 87/88/92 – ver Gráfico 3.

Para o início dos anos 90, esta tendência diverge daquela apresentada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Nesta base de dados, a taxa de participação tendeu a aumentar no período 1990/92, resultante de uma combinação entre um movimento de queda ou estabilização da taxa para os homens e um outro de aumento para as mulheres. Apesar da discrepância mostrada entre as duas pesquisas, pode-se afirmar que parece não ter ocorrido, entre 1982 e 1992, uma tendência de crescimento da participação econômica nas regiões metropolitanas. Porém, o aspecto mais relevante deste movimento da participação econômica é observado quando são incorporadas informações sobre ocupação e desemprego<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> A discussão metodológica mais acurada deste procedimento está apresentada em Dedecca, 1990:cap.2.

<sup>12</sup> A partir deste momento, todos os indicadores de ocupação e desemprego são estimados em relação à População em Idade Ativa – PIA.

Segundo as informações sintetizadas no Gráfico 4, o desemprego metropolitano<sup>13</sup>, após ter caído significativamente nos anos de recuperação econômica intensa em 1985/86, tem se mantido relativamente baixo, apesar de uma estabilidade da taxa de ocupação entre 1987/90 e de sua queda em 1991/92. Merece destaque o comportamento conjuntural sincronizado entre ocupação e participação, que explica a manutenção de um baixo desemprego, mesmo em um período de fraco dinamismo do mercado de trabalho.

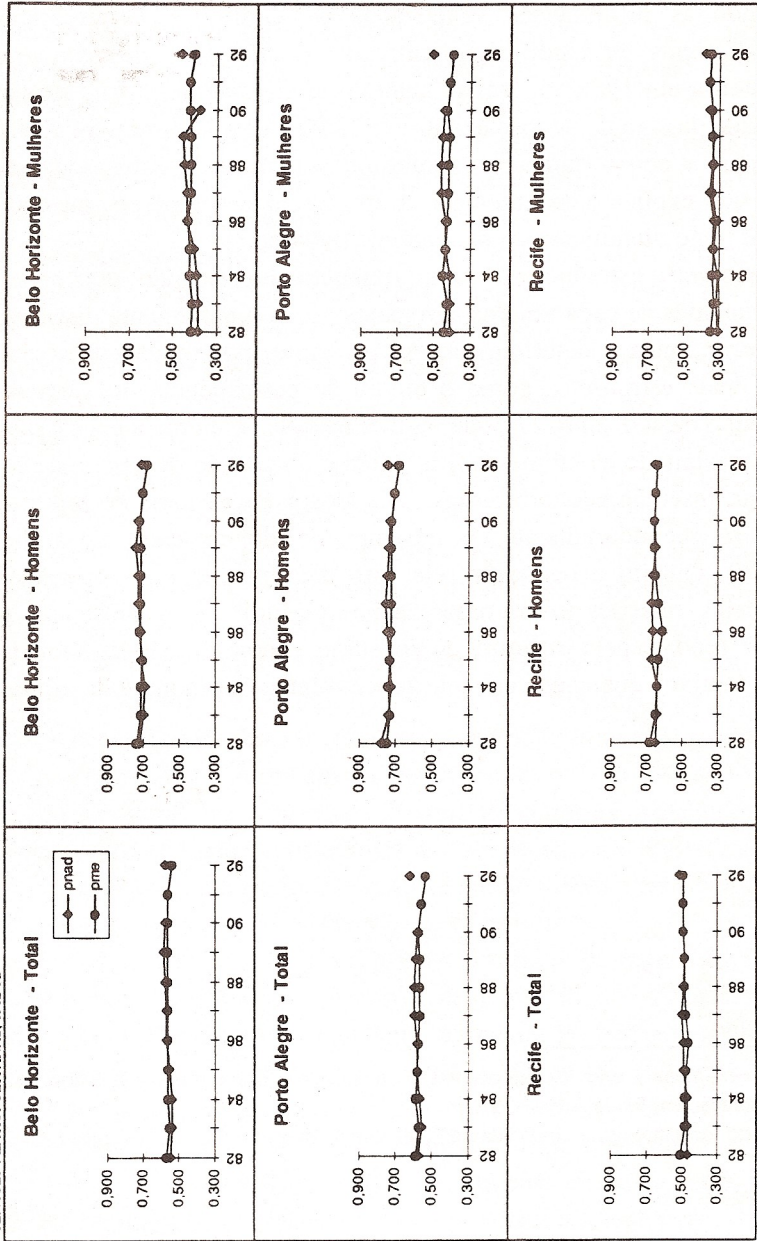
A nosso ver é estranho este comportamento sincronizado, pois sabemos que os determinantes de cada um dos agregados são completamente distintos. A participação econômica é determinada, em princípio, por mudanças sociais e demográficas mais estruturais, como o tempo de permanência dos jovens no sistema de ensino básico, a presença da mulher na vida econômica e a existência de programas sociais de atendimento à infância e ao padrão de organização do núcleo familiar, inserção econômica dos mais idosos e o sistema de seguridade social e, muito secundariamente, o desempenho do mercado de trabalho (Durand, 1976). Quanto a ocupação, ela está determinada pelo desempenho econômico, pelas relações entre organização produtiva e tecnológica, pela distribuição de renda e pela estrutura de consumo e monetização da sociedade. São por estes motivos que causa estranheza a evolução harmônica de ambas as curvas.

---

<sup>13</sup> A evolução do desemprego é indicada pela distância entre as curvas de participação e ocupação.

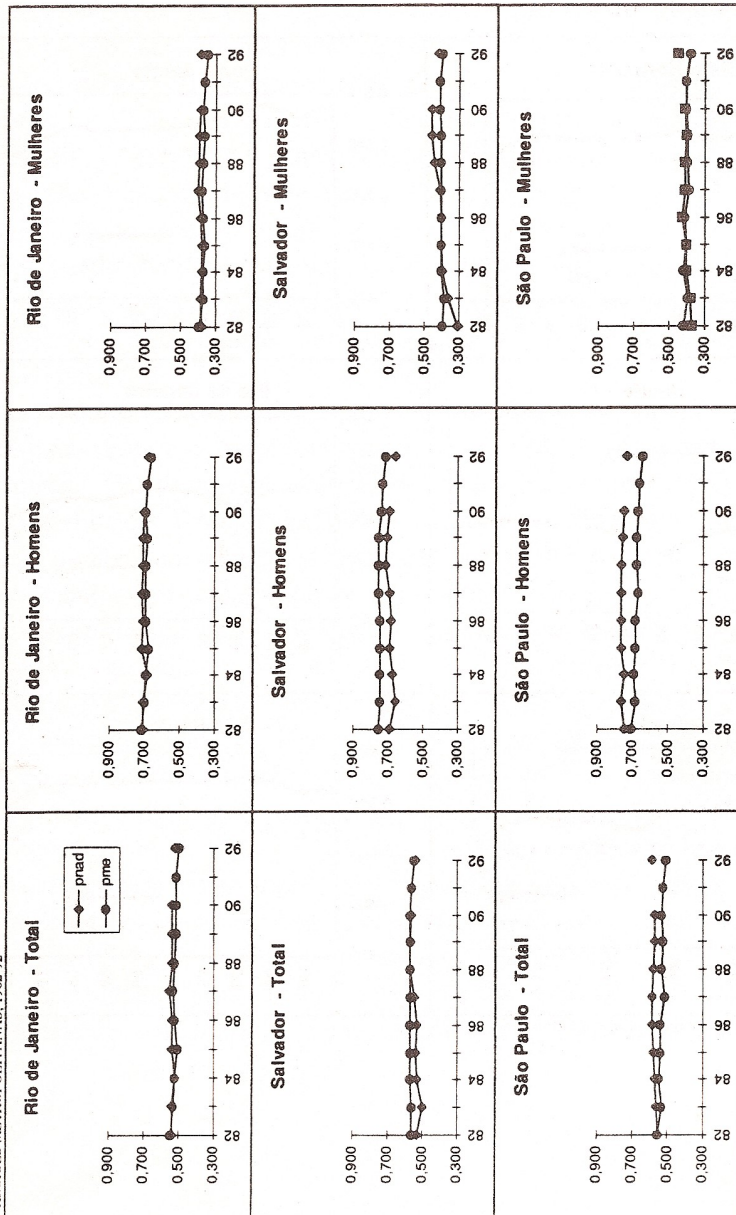


Gráfico 3 - TAXAS DE PARTICIPAÇÃO SEGUNDO SEXO ESTIMADAS PELA PME E PNAD  
 RECÍDIO METROPOLITANAS, 1982-92



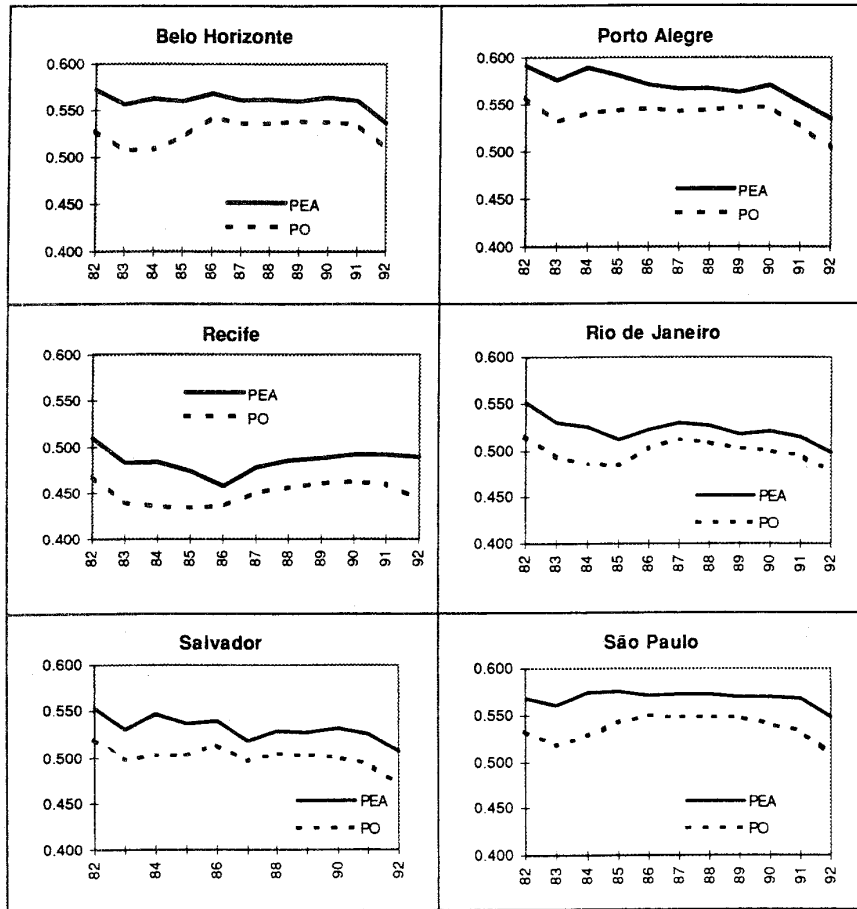
Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE.

Gráfico 3 - TAXAS DE PARTICIPAÇÃO SEGUNDO SEXO ESTIMADAS PELA PME E PNAD  
 REGIÕES METROPOLITANAS, 1982-92



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE.

**GRÁFICO 4 - TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO**  
**REGIÕES METROPOLITANAS - 1982-92**



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE.

Esta situação de perplexidade torna-se ainda maior se analisada a distribuição das variações absolutas na taxa de ocupação entre as taxas de desemprego e de participação econômica – Tabela 3. Em geral, as mudanças na participação são significativamente mais relevantes que as observadas nas taxas de desemprego. Explicita-se ainda mais o papel cumprido pela participação econômica frente as flutuações da ocupação, mostrando que, segundo os dados da PME, o movimento entre ocupação e inatividade (e vice-versa) é mais importantes que aquele entre ocupação e desemprego.

Neste sentido, ganha um caráter completamente novo a avaliação da participação econômica da população brasileira nos mercados metropolitanos, na medida que ela passa a ter uma componente conjuntural determinante, sinalizando uma grande flexibilidade entre as condições de atividade e inatividade.

Cabe ressaltar, ainda, que o sincronismo entre participação e ocupação tem como base a evolução da taxa de assalariamento com carteira de trabalho assinada. Os principais ajustes da ocupação nos mercados de trabalho metropolitanos, entre 1982/92, se processaram através deste agregado. É inquestionável um aumento do assalariamento sem carteira de trabalho assinada e do trabalho por conta-própria nos diversos mercados. Entretanto, o impacto do incremento destas formas de trabalho sobre a ocupação total são relativamente limitadas, quando se leva em conta a performance do assalariamento com carteira, sua influência sobre a ocupação total e as mudanças na participação econômica da população. Isto exige, inclusive, uma requalificação do argumento de uma explosão das formas de trabalho não-organizado nestes mercados, normalmente observadas quando se analisa a distribuição ocupacional a partir da ocupação total. Como o agregado total cai, sendo esta queda determinada pelo assalariamento com carteira de trabalho assinada e independentemente das características locais de organização do mercado de trabalho metropolitano (Sabóia, 1994), eleva-se obrigatoriamente a participação das formas de trabalho não organizadas na ocupação total, mesmo que esta participação conheça efetivamente uma contração relativamente à População em Idade Ativa.

**Tabela 3 - VARIAÇÕES ABSOLUTAS NAS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO, DESEMPREGO E OCUPAÇÃO**  
REGIÕES METROPOLITANAS, 1982-92

BELO HORIZONTE				PORTO ALEGRE			
	PEA	PD	PO		PEA	PD	PO
82-83	-0,016	0,005	-0,021	82-83	-0,015	0,010	-0,026
83-84	0,006	0,005	0,001	83-84	0,013	0,004	0,009
84-85	-0,003	-0,016	0,013	84-85	-0,009	-0,012	0,003
85-86	0,008	-0,013	0,021	85-86	-0,010	-0,012	0,003
86-87	-0,007	0,000	-0,007	86-87	-0,004	-0,001	-0,003
87-88	0,001	0,001	0,000	87-88	0,000	-0,001	0,002
88-89	-0,002	-0,004	0,002	88-89	-0,005	-0,007	0,003
89-90	0,004	0,005	-0,001	89-90	0,008	0,008	0,000
90-91	-0,004	-0,001	-0,003	90-91	-0,018	0,002	-0,020
91-92	-0,024	0,002	-0,026	91-92	-0,018	0,005	-0,023

RECIFE				RIO DE JANEIRO			
	PEA	PD	PO		PEA	PD	PO
82-83	-0,027	0,002	-0,029	82-83	-0,022	0,001	-0,023
83-84	0,001	0,006	-0,005	83-84	-0,004	0,003	-0,007
84-85	-0,010	-0,009	-0,001	84-85	-0,014	-0,012	-0,002
85-86	-0,016	-0,017	0,001	85-86	0,010	-0,008	0,018
86-87	0,020	0,005	0,015	86-87	0,008	-0,002	0,009
87-88	0,007	0,002	0,006	87-88	-0,003	0,000	-0,003
88-89	0,003	-0,002	0,004	88-89	-0,009	-0,002	-0,006
89-90	0,004	0,002	0,002	89-90	0,002	0,004	-0,002
90-91	0,000	0,003	-0,003	90-91	-0,005	0,000	-0,005
91-92	-0,002	0,014	-0,016	91-92	-0,017	0,001	-0,017

SALVADOR				SÃO PAULO			
	PEA	PD	PO		PEA	PD	PO
82-83	-0,023	-0,002	-0,022	82-83	-0,007	0,009	-0,016
83-84	0,017	0,013	0,004	83-84	0,014	0,003	0,012
84-85	-0,011	-0,010	-0,001	84-85	0,001	-0,012	0,012
85-86	0,003	-0,009	0,012	85-86	-0,004	-0,013	0,009
86-87	-0,021	-0,004	-0,017	86-87	0,001	0,002	-0,001
87-88	0,011	0,003	0,008	87-88	0,001	0,002	-0,001
88-89	-0,002	-0,001	-0,001	88-89	-0,003	-0,004	0,001
89-90	0,004	0,006	-0,002	89-90	-0,001	0,007	-0,008
90-91	-0,006	0,001	-0,008	90-91	-0,002	0,006	-0,008
91-92	-0,018	0,003	-0,021	91-92	-0,020	0,004	-0,024

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego – PME, IBGE.

É importante observar que apesar das flutuações na taxa de assalariamento com carteira de trabalho assinada e da dominância da experiência anterior de trabalho assalariado na taxa de

desemprego, o perfil deste segundo níveis de qualificação<sup>14</sup> na ocupação anterior se apresentou bastante estável durante o período 1982/92, como mostra a Tabela 4.

Seja em razão de possíveis modificações na estrutura de emprego assalariado provocadas por processos de racionalização e/ou modernização produtiva, seja devido as modificações provocadas pelas flutuações do nível de atividade econômica sobre o nível de emprego, que induziram alterações na estrutura de qualificações do emprego assalariado com carteira, seria de se esperar transformações mais significativas no perfil do desemprego segundo níveis de qualificação na ocupação anterior.

Alterações no perfil da população desempregada ocorrem quando são utilizadas outras variáveis como posição na família, idade e instrução. Apesar de não se verificar um movimento homogêneo entre as diversas regiões, nota-se uma aumento da participação dos chefes de família no desemprego para Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, e uma certa estabilidade da distribuição nas demais regiões – Tabela 5.

Este comportamento da distribuição dos desempregados é coerente com o movimento observado quando se adota a variável idade. O aumento da participação das pessoas com mais de 30 anos é comum a todas as regiões metropolitanas. Confirma-se, portanto, um maior desemprego entre as pessoas de idade elevada, onde a participação dos chefes de família é mais significativa. Além disso, nota-se que o maior desemprego ocorre, principalmente, na faixa de idade entre 30 e 49 anos, sem atingir de maneira crescente a população com mais de 50 anos.

É importante ressaltar, também, que o desemprego parece ter começado a atingir mais intensamente os chefes de família e parte dos trabalhadores na faixa de idade mais produtiva, mas também aqueles com um melhor grau de instrução. Apesar das diferenças de comportamento entre regiões metropolitanas, percebe-se o aumento da participação dos trabalhadores com graus de instrução entre a 8ª série completa e a superior incompleto no contingente de desempregados – Tabela 6.

**Tabela 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS SEGUNDO NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO**

<sup>14</sup> Este procedimento para reorganização da classificação de ocupações foi, originalmente, desenvolvido por Paula Montagner (SEADE/SP), com os dados Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

REGIÕES METROPOLITANAS, 1982/92

	1. Planejamento			2. Execução			3. Apoio			4. Mal De-	
	Total	Empres. e Propr.	Gerência e Dir.	Profs. Ativ Planej.	Qualificados	Semi- Qualif.	Não- Qualif.	Serv. Não Operac.	Escri- tório	Serviços Gerais	finidas e Não Clas.
<b>Belo Horizonte</b>											
82	1,000	0,003	0,011	0,025	0,062	0,220	0,147	0,017	0,071	0,092	0,351
83	1,000	0,007	0,014	0,025	0,081	0,283	0,164	0,017	0,087	0,125	0,198
86	1,000	0,007	0,016	0,026	0,064	0,279	0,169	0,017	0,104	0,097	0,221
90	1,000	0,005	0,023	0,029	0,077	0,316	0,156	0,020	0,126	0,099	0,149
91	1,000	0,008	0,027	0,031	0,074	0,337	0,153	0,016	0,123	0,102	0,128
92	1,000	0,010	0,024	0,026	0,072	0,317	0,180	0,014	0,108	0,115	0,134
<b>Porto Alegre</b>											
82	1,000	0,005	0,015	0,012	0,059	0,244	0,152	0,015	0,113	0,082	0,302
83	1,000	0,007	0,015	0,014	0,077	0,283	0,184	0,019	0,121	0,103	0,178
86	1,000	0,004	0,022	0,012	0,058	0,277	0,198	0,018	0,123	0,086	0,201
90	1,000	0,005	0,035	0,018	0,082	0,327	0,179	0,025	0,140	0,073	0,117
91	1,000	0,006	0,031	0,020	0,098	0,331	0,177	0,024	0,137	0,073	0,102
92	1,000	0,006	0,038	0,013	0,063	0,330	0,167	0,022	0,143	0,093	0,125
<b>Recife</b>											
82	1,000	0,003	0,011	0,019	0,048	0,230	0,133	0,024	0,079	0,105	0,350
83	1,000	0,005	0,016	0,023	0,059	0,293	0,166	0,028	0,092	0,113	0,205
86	1,000	0,003	0,018	0,030	0,056	0,267	0,133	0,029	0,096	0,108	0,259
90	1,000	0,003	0,024	0,024	0,056	0,305	0,159	0,023	0,101	0,114	0,191
91	1,000	0,002	0,026	0,026	0,053	0,303	0,149	0,025	0,110	0,122	0,184
92	1,000	0,003	0,022	0,023	0,054	0,304	0,173	0,023	0,090	0,118	0,191
<b>Rio de Janeiro</b>											
82	1,000	0,008	0,010	0,024	0,056	0,232	0,159	0,022	0,096	0,098	0,296
83	1,000	0,004	0,018	0,027	0,070	0,275	0,181	0,026	0,111	0,123	0,166
86	1,000	0,003	0,024	0,028	0,058	0,256	0,168	0,030	0,148	0,100	0,186
90	1,000	0,003	0,032	0,028	0,066	0,314	0,156	0,029	0,144	0,103	0,125
91	1,000	0,005	0,042	0,030	0,066	0,291	0,154	0,033	0,155	0,105	0,119
92	1,000	0,006	0,043	0,032	0,065	0,299	0,143	0,033	0,137	0,106	0,136
<b>Salvador</b>											
82	1,000	0,003	0,013	0,015	0,054	0,240	0,107	0,020	0,095	0,102	0,350
83	1,000	0,004	0,019	0,026	0,086	0,310	0,123	0,020	0,104	0,120	0,187
86	1,000	0,004	0,030	0,021	0,073	0,274	0,135	0,029	0,113	0,113	0,208
90	1,000	0,006	0,034	0,032	0,079	0,321	0,129	0,027	0,133	0,106	0,134
91	1,000	0,004	0,036	0,030	0,083	0,321	0,125	0,027	0,131	0,120	0,122
92	1,000	0,005	0,036	0,023	0,087	0,345	0,129	0,021	0,121	0,113	0,120
<b>São Paulo</b>											
82	1,000	0,006	0,016	0,012	0,077	0,288	0,126	0,011	0,103	0,074	0,287
83	1,000	0,007	0,020	0,019	0,091	0,347	0,153	0,011	0,115	0,087	0,150
86	1,000	0,008	0,023	0,022	0,071	0,330	0,155	0,015	0,142	0,075	0,158
90	1,000	0,005	0,028	0,017	0,096	0,354	0,127	0,014	0,164	0,080	0,114
91	1,000	0,006	0,035	0,026	0,094	0,343	0,128	0,014	0,155	0,090	0,110
92	1,000	0,006	0,033	0,021	0,094	0,350	0,125	0,010	0,151	0,089	0,121

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego – PME, IBGE.

**Tabela 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS SEGUNDO**

**POSIÇÃO NA FAMÍLIA**

**REGIÕES METROPOLITANAS, 1982/92**

	Total	Chefe	Conjuges	Demais
<b><i>Belo Horizonte</i></b>				
82	1,000	0,169	0,111	0,720
83	1,000	0,223	0,091	0,686
86	1,000	0,155	0,107	0,738
90	1,000	0,209	0,089	0,702
91	1,000	0,227	0,100	0,673
92	1,000	0,228	0,103	0,669
<b><i>Porto Alegre</i></b>				
82	1,000	0,194	0,177	0,628
83	1,000	0,256	0,156	0,588
86	1,000	0,206	0,141	0,652
90	1,000	0,320	0,129	0,551
91	1,000	0,306	0,135	0,559
92	1,000	0,303	0,136	0,561
<b><i>Recife</i></b>				
82	1,000	0,188	0,107	0,705
83	1,000	0,242	0,089	0,669
86	1,000	0,205	0,092	0,703
90	1,000	0,239	0,088	0,673
91	1,000	0,235	0,088	0,677
92	1,000	0,247	0,095	0,658
<b><i>Rio de Janeiro</i></b>				
82	1,000	0,159	0,107	0,734
83	1,000	0,197	0,101	0,703
86	1,000	0,193	0,085	0,723
90	1,000	0,271	0,078	0,651
91	1,000	0,249	0,094	0,657
92	1,000	0,252	0,088	0,660
<b><i>Salvador</i></b>				
82	1,000	0,208	0,124	0,667
83	1,000	0,251	0,108	0,641
86	1,000	0,221	0,118	0,661
90	1,000	0,285	0,096	0,619
91	1,000	0,317	0,089	0,594
92	1,000	0,339	0,090	0,571
<b><i>São Paulo</i></b>				
82	1,000	0,233	0,102	0,665
83	1,000	0,253	0,089	0,657
86	1,000	0,228	0,078	0,694
90	1,000	0,266	0,081	0,653
91	1,000	0,280	0,084	0,635
92	1,000	0,266	0,089	0,645

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego – PME, IBGE

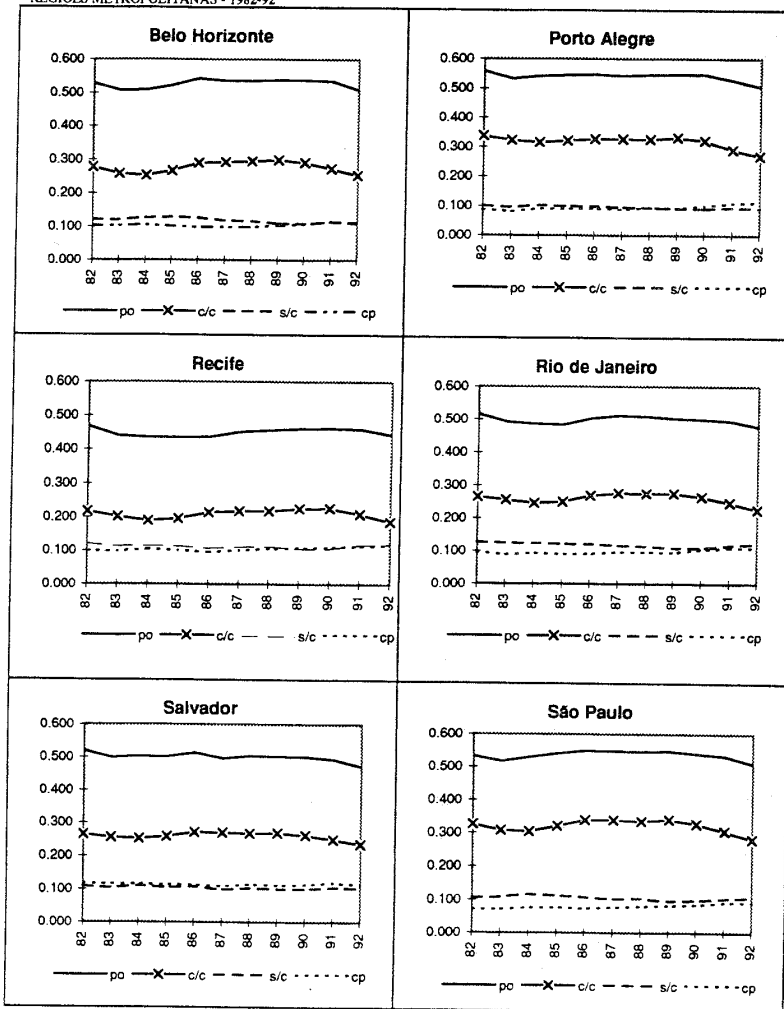


**Tabela 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO**  
REGIÕES METROPOLITANAS, 1982/92

	Total	1a. a 4a. Incompl.	4a. compl. a 8a. incompl.	8a. compl. a 3a. incompl.	3a. compl. sup. incompl.	superior completo	não estudou
<b>Belo Horizonte</b>							
82	1.000	0.160	0.431	0.177	0.144	0.029	0.059
83	1.000	0.162	0.431	0.171	0.137	0.030	0.069
86	1.000	0.108	0.444	0.217	0.171	0.029	0.031
90	1.000	0.106	0.449	0.200	0.182	0.036	0.027
91	1.000	0.107	0.457	0.186	0.178	0.045	0.027
92	1.000	0.107	0.483	0.185	0.162	0.031	0.033
<b>Porto Alegre</b>							
82	1.000	0.148	0.449	0.212	0.130	0.020	0.040
83	1.000	0.160	0.443	0.197	0.128	0.023	0.048
86	1.000	0.121	0.458	0.213	0.143	0.032	0.032
90	1.000	0.108	0.435	0.210	0.184	0.037	0.025
91	1.000	0.098	0.440	0.213	0.187	0.037	0.026
92	1.000	0.094	0.427	0.231	0.197	0.028	0.024
<b>Recife</b>							
82	1.000	0.133	0.394	0.191	0.163	0.022	0.097
83	1.000	0.143	0.372	0.178	0.174	0.031	0.102
86	1.000	0.101	0.378	0.204	0.212	0.035	0.071
90	1.000	0.112	0.371	0.209	0.203	0.031	0.074
91	1.000	0.111	0.370	0.201	0.215	0.034	0.070
92	1.000	0.117	0.407	0.198	0.182	0.028	0.068
<b>Rio de Janeiro</b>							
82	1.000	0.139	0.357	0.240	0.180	0.043	0.041
83	1.000	0.136	0.372	0.228	0.188	0.036	0.041
86	1.000	0.097	0.320	0.265	0.240	0.051	0.026
90	1.000	0.105	0.335	0.263	0.206	0.065	0.026
91	1.000	0.094	0.329	0.247	0.240	0.066	0.025
92	1.000	0.085	0.311	0.244	0.279	0.056	0.026
<b>Salvador</b>							
82	1.000	0.171	0.367	0.185	0.191	0.024	0.061
83	1.000	0.188	0.336	0.198	0.181	0.025	0.072
86	1.000	0.131	0.334	0.216	0.241	0.022	0.056
90	1.000	0.131	0.331	0.204	0.265	0.032	0.038
91	1.000	0.121	0.312	0.209	0.291	0.025	0.043
92	1.000	0.115	0.342	0.196	0.278	0.022	0.048
<b>São Paulo</b>							
82	1.000	0.157	0.474	0.177	0.102	0.035	0.055
83	1.000	0.161	0.463	0.181	0.102	0.033	0.060
86	1.000	0.129	0.474	0.203	0.124	0.034	0.036
90	1.000	0.099	0.453	0.231	0.139	0.040	0.039
91	1.000	0.101	0.454	0.228	0.150	0.039	0.027
92	1.000	0.096	0.442	0.246	0.153	0.034	0.030

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego – PME, IBGE.

**GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO  
REGIÕES METROPOLITANAS - 1982-92**



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE  
(1) Todos os indicadores são calculados em relação à PIA

Apesar das reduções no nível de ocupação terem sido acompanhadas de um aumento do desemprego, inclusive de trabalhadores com posição de responsabilidade na família, em uma faixa de idade bastante produtiva e com um melhor nível de instrução, é necessário ressaltar que tais mudanças no nível e na composição do assalariamento com carteira de trabalho assinada tenderam a ter impactos limitados sobre o crescimento das demais formas de ocupação e sobre a situação de desemprego aberto, afetando de maneira significativa a taxa de participação econômica.

A análise dos indicadores de desempenho dos mercados metropolitanos de trabalho vis-à-vis aquele de desempenho do nível de atividade permitiu observar, em um primeiro momento, discrepâncias entre as evoluções da produção, do emprego e do desemprego, sinalizando a persistência em um baixo nível, a partir de 1986, deste último indicador de performance do mercado de trabalho, apesar da conjuntura de estagnação econômica em 1987/88 e de recessão em 1990/92.

A manutenção de um baixo desemprego ocorre mesmo quando o nível de ocupação total se reduz, em decorrência da queda do assalariamento com carteira de trabalho assinada. A contração desta parcela do emprego organizado não se traduz, proporcionalmente, em um incremento das formas de ocupação consideradas mais precárias (assalariamento sem carteira de trabalho assinada e trabalho por conta própria) ou em uma ampliação do desemprego aberto.

O resultado da contração do emprego organizado é, fundamentalmente, traduzido por uma redução da participação econômica da população metropolitana em idade ativa. As informações sugerem, inclusive, um maior trânsito para a inatividade nos momentos de maior variação, positiva ou negativa, da ocupação. Conclui-se, segundo a PME, que a modificação mais significativa, provocada pelo longo período de estagnação da economia brasileira, foi a menor participação econômica da população.

Neste sentido, os dados analisados sinalizam tanto um baixo nível de desemprego, como uma precarização limitada das situações ocupacionais. Por outro lado, constata-se que o baixo dinamismo do mercado de trabalho, em 10 anos, não foi suficiente para modificar o perfil da população desempregada segundo níveis de qualificação, apesar da discrepância entre a evolução do emprego organizado – e das mudanças em sua estrutura – e qualquer projeção conservadora, que possa ser adotada, de crescimento da PIA metropolitana.

A questão central a se debater é o movimento da taxa de participação, não somente em razão da sua intensidade tornar residual todas as demais modificações no perfil do mercado de trabalho, mas principalmente porque este comportamento contraria os argumentos que recorrentemente aparecem nos estudos sobre população e emprego no Brasil, no sentido de uma maior participação econômica da população determinada tanto pelo ingresso de novos contingente populacionais – em especial, de mulheres – como pelo ingresso precoce de jovens estimulado pelo baixo nível de renda familiar.

Se aceito este padrão de ajustamento dos mercados de trabalho sugerido pela PME, a análise sobre ocupação e emprego restringe-se, principalmente, ao estudo das mudanças de um espaço ocupacional que se reduz progressiva e relativamente, cabendo portanto, explorar as novas condições de precariedade da estrutura ocupacional restante.

Uma grande dúvida se apresenta em relação a esta dinâmica que emerge do comportamento questionável da participação econômica nos mercados de trabalho metropolitanos, que diverge tanto das análises nacionais (Costa, 1992; Rios-Neto & Wajnman, 1994), como dos estudos internacionais sobre o tema: Durand, 1976; Saunders, 1987.

Como discutiremos mais a frente, a partir da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, PED para a Grande São Paulo, o fluxo para a inatividade é constituído de pessoas com características que não sugerem uma situação efetiva de inatividade – faixa de idade entre 18 e 54 anos, posição de chefe de família e experiência anterior de trabalho assalariado – e que a adoção de critérios mais restritos para avaliação da procura de que trabalho, que desqualificam a condição de atividade de parte da população em idade ativa, explica parte importante do fenômeno.

Neste sentido, nos parece plenamente justificável um conhecimento mais aprofundado destes movimentos entre atividade e inatividade pelos motivos apontados anteriormente e, em especial, pela necessidade de qualificar adequadamente se o problema de emprego hoje no Brasil pode ser sintetizado pela crescente precariedade do espaço ocupacional restante ou se ele está acobertado por um conhecimento limitado da heterogeneidade do mercado de trabalho e, particularmente, da situação de desemprego. No próximo item exploraremos melhor esta questão, esperando trazer novos elemento para o debate de ambas as posições.

Se deste esforço resultar a sustentação adequada da primeira hipótese, o debate atual sobre o mercado de trabalho deve privilegiar a discussão sobre o sistema de relações de trabalho, com o

objetivo de enfrentar as questões relativas à melhora do desempenho da estrutura produtiva nacional, tão necessária para se pensar elevações nos níveis de renda do trabalho. No caso deste esforço apoiar a outra hipótese, será necessário levar a frente o debate histórico sobre exclusão e excedente de mão de obra prevalecente na América Latina, isto é da limitada capacidade de geração de novos postos de trabalho, agora em um contexto marcado por uma nova configuração produtiva gestada por um movimento de rápida racionalização produtiva imposta pela abertura econômica e globalização da base produtiva local. Esta via do debate não poderá, entretanto, fugir do problema de reorganização do sistema de relações de trabalho no Brasil, mas somente não tomará este tema como um eixo para se pensar as questões de emprego e renda no Brasil atual.

### **3.2 A análise da evolução recente do mercado metropolitano da Grande São Paulo**

Com o objetivo de obter um quadro analítico mais completo do comportamento dos mercados metropolitanos de trabalho desenvolvemos um exercício estatístico com as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo, para o período 1989/95.

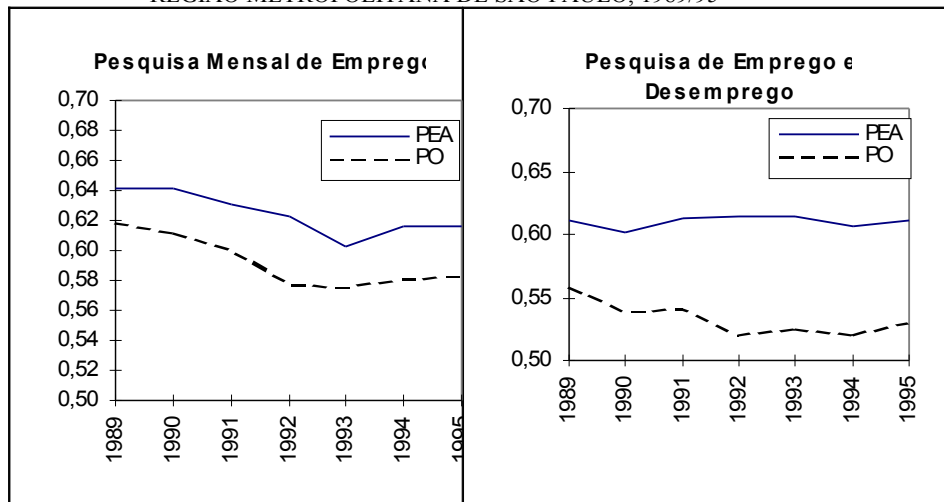
Este exercício buscou reclassificar, sem ferir as propostas metodológicas de ambas as pesquisas, a população em situação de desemprego aberto classificada pela PED segundo a resolução da OIT-1954, como uma aproximação aos critérios adotados pela PME<sup>15</sup>. Este esforço possibilitou a elaboração de um indicador de desemprego em 7 dias, que denominaremos taxa de desemprego aberto PED/1954 – *Área B* do Esquema 1 –, em alusão às recomendações da VIII Conferência dos Estatísticos do Trabalho da OIT de 1954; enquanto a taxa de desemprego aberto em 30 dias normalmente produzida pela PED será chamada de PED/1982, em referência à XII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho<sup>16</sup>. Além disso, utilizou-se a idade mínima de 15 anos para a definição da PIA.

---

<sup>15</sup> Os critérios adotados para a construção do indicador de desemprego aberto em 7 dias estão apresentados no Anexo 1.

<sup>16</sup> As resoluções da OIT referentes às estatísticas sobre a força de trabalho resultaram, principalmente, das atividades das VIII e da XIII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho. Na Conferência de 1954, era sugerido que os países-membros adotassem como critério para classificação do desemprego aberto as situações marcadas por procura de trabalho e não-trabalho na semana de referência adotada pelo levantamento. Este critério se aproxima dos utilizados atualmente pela PME. Na Conferência de 1982, a OIT propõe que os países, a partir da capacidade das instituições locais de aproximarem seus levantamentos às proposições internacionais e respeitadas as especificidades que caracterizam os mercados de trabalho nacionais, devem procurar classificar a população correntemente ativa e considerar desempregadas aquelas pessoas que, durante o período de referência – não especificado pela resolução –, procuraram e não realizaram qualquer trabalho. A resolução permite, ainda, que situações de desemprego marcadas pelo desencorajamento e pelo trabalho ocasional devam ser consideradas na taxa de desemprego. Como é reconhecido amplamente, estas sugestões se inscrevem na proposta metodológica da PED.

**Gráfico 6 - TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO SEGUNDO A PESQUISA MENSAL DE EMPREGO, IBGE, E A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO, SEADE/DIEESE (1)  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1989/95**



(1) Todas as taxas estão calculadas sobre a População em Idade Ativa

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego, PME/IBGE, e Pesquisa de Emprego e Desemprego, PED-SEADE/DIEESE.

Antes de avançarmos nossa análise em torno do exercício estatístico proposto, é importante apresentar um quadro geral sobre o desempenho dos principais indicadores produzidos pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE e pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-SEADE/DIEESE para a Grande São Paulo. Como podemos notar no Gráfico 6, as pesquisas apresentaram resultados bastante distintos no período 1989/95.

Como vimos anteriormente, a redução da taxa de ocupação, segundo a PME, resultou predominantemente em uma queda da participação econômica da população, com um incremento lento do desemprego. Ao contrário, os dados da PED indicam uma estabilidade da taxa de participação que, frente à queda da ocupação, resultou em uma ampliação do desemprego. Isto é, os dados de cada uma das pesquisas sugerem dinâmicas distintas para o mercado metropolitano de trabalho da Grande São Paulo.

De acordo com as informações sintetizadas no Gráfico 7, a diferença é efetivamente explicada pelo comportamento da taxa de participação, pois as pesquisas apresentam evoluções semelhantes tanto da taxa de ocupação total como da taxa de assalariamento com carteira de trabalho assinada. Constata-se, ainda, uma evolução mais desfavorável das duas taxas de ocupação

na PME, comparativamente ao observado nos dados da PED, que não se traduz em desemprego graças a um movimento relevante de transito entre a situação de atividade e inatividade.

A diferença entre os diagnósticos produzidos pelas informações de ambas as pesquisas aponta, em um primeiro momento, uma discrepância significativa entre as taxas de desemprego. A nosso ver, entretanto, o aspecto mais relevante desta diferença é o reconhecimento da existência de dinâmicas completamente distintas para um mesmo mercado de trabalho.

Esta caracterização tão discordante produzida pelas pesquisas decorre da forma com cada uma delas reconhece a heterogeneidade, em particular, neste mercado de trabalho. Isto é, os critérios e operacionalização dos conceitos de desemprego e emprego na PME e na PED afetam fortemente o grau de participação econômica da população. No caso da primeira pesquisa, observa-se uma ampliação da inatividade quando o nível de emprego se reduz, sinalizando, portanto, que as crises de emprego reduzem o nível de atividade da população, ao invés de produzirem modificações mais intensas no perfil da população economicamente ativa. Isto é, a maior heterogeneidade do mercado de trabalho não ocorre na mesma intensidade com que se deteriora as condições econômicas mais gerais. Neste sentido, as crises de econômicas e as quedas do nível de ocupação tendem a gerar efeitos menos desastrosos sobre o mercado de trabalho, na medida que parte expressiva daqueles que perdem sua ocupação migram para a situação de inatividade, amenizando a pressão e a tensão sociais que o desemprego gera nos momentos de crise.

Quanto a PED, constata-se que seus indicadores sugerem que as crises de emprego são acompanhadas de um maior desemprego e, portanto, de uma ampliação da pressão e da tensão sociais. As modificações mais relevantes ocorrem no perfil da população economicamente ativa, na medida que, quando observado, é residual o movimento para a inatividade.

Constata-se, portanto, que os movimentos distintos entre ocupação e inatividade e entre ocupação e desemprego são os elementos básicos conhecer a razão de cada uma das pesquisas produzirem diagnósticos tão distintos para um mesmo mercado de trabalho. Assim, nos resta somente explorar estes movimentos com o objetivo de entender, principalmente, as dinâmicas particulares sugeridas por cada pesquisa e menos as discrepâncias entre taxas de desemprego.

No Gráfico 8 apresenta-se a evolução das taxas anualizadas de desemprego aberto em 7 dias da PED, da produzida pela PME e da relação entre ambas. Este exercício foi realizado levando em conta a seguinte pergunta: se fossem adotados critérios semelhantes para a definição do

desemprego aberto em 7 dias, independentemente das diferenças de questionários, de implementação dos campos das pesquisas e dos desenhos amostrais, haveria alguma proximidade entre os indicadores?

O resultado descrito pelo Gráfico 8 mostra que as taxas anualizadas de desemprego aberto PED-7 dias são muito próximas às produzidas pela PME. A proximidade entre as duas taxas é ainda mais evidente quando levamos em conta a relação entre elas (Gráfico 8) e constatamos que, no período de janeiro de 1989 a dezembro de 1995, a diferença média entre as taxas foi de 5%. Confirma-se, portanto, que os indicadores convencionais de desemprego de ambas as pesquisas apontam para valores e tendências semelhantes, sinalizando o poder metodológico que cada uma delas possui na mensuração de um certo fenômeno presente em um mercado de trabalho metropolitano.

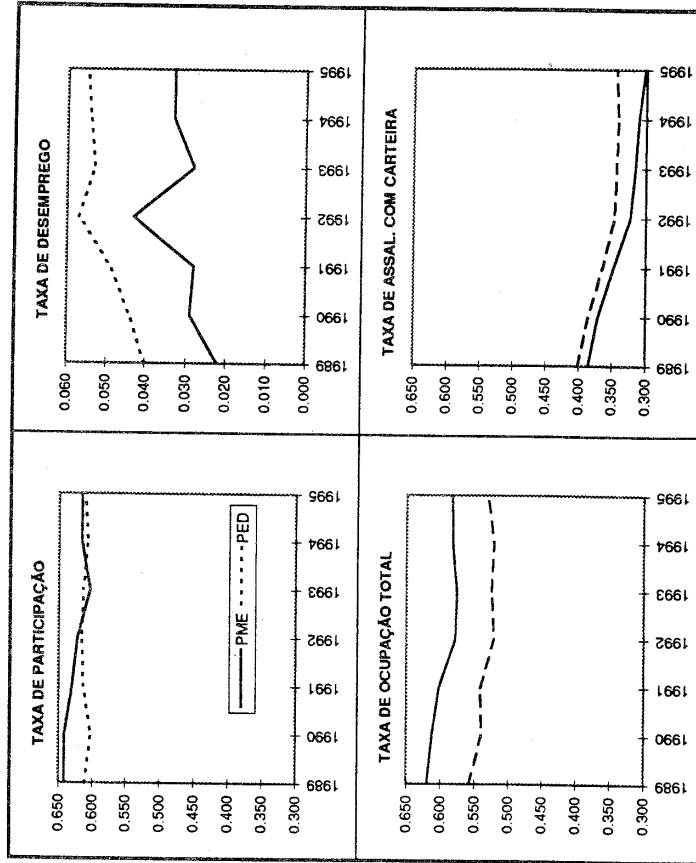
Esta situação de proximidade entre taxas não se confirma quando o período de referência adotado é de 30 dias. Apesar do comportamento semelhante, as diferenças entre as taxas são elevadas, havendo uma discrepância média para o período em análise, de 54% (Gráfico 9). As opções metodológicas e de operacionalização do conceito de procura de trabalho são o ponto central para se entender a distância entre os dois indicadores, pois impedem uma aproximação metodológica semelhante à realizada anteriormente para o período de referência de 7 dias<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Apesar da ausência de uma posição mais explícita por parte do IBGE, notamos, por meio do uso das estatísticas correntes publicadas pela instituição, ser a taxa de desemprego em sete dias o principal indicador de desemprego da PME. Todos os esforços são, em geral, realizados para detalhar o perfil do desemprego aberto na semana. Esta postura assumida na divulgação de seus indicadores parece ser o reconhecimento de uma opção metodológica que privilegia este indicador de desemprego, que foi expresso em um documento metodológico (IBGE, 1983). Esta observação não tem qualquer caráter crítico, ao contrário. Pensamos ser totalmente consistentes a defesa e o uso da taxa de desemprego em sete dias como indicador das mudanças mais imediatas no nível de emprego e desemprego.

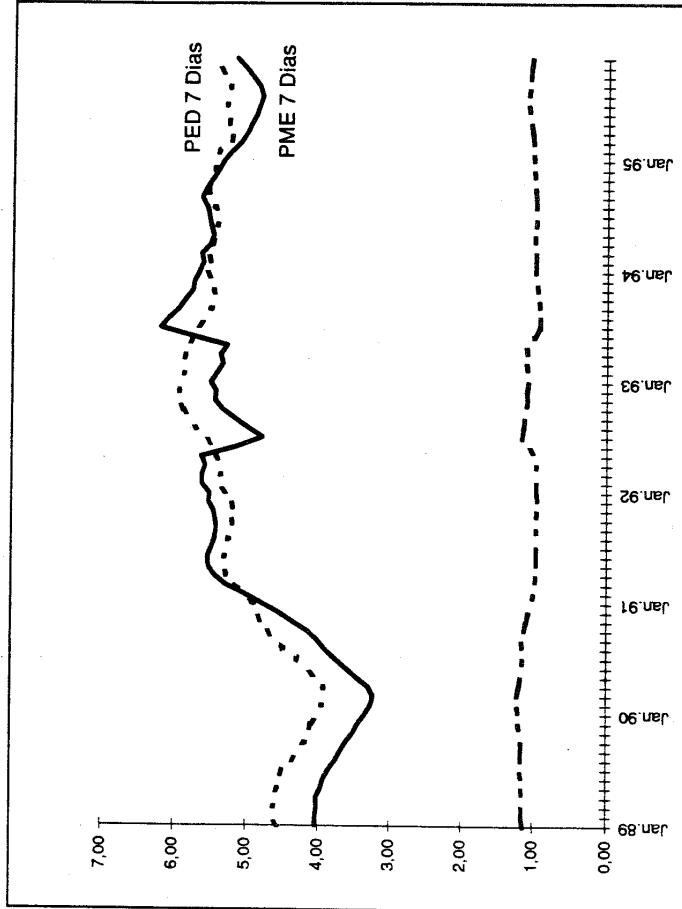


GRÁFICO 7 - TAXAS DE PARTICIPAÇÃO, DESEMPREGO E OCUPAÇÃO SEGUNDO A PESQUISA MENSAL DE EMPREGO, IBGE, E A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO, SEADE/DIEESE (1), REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1989-95



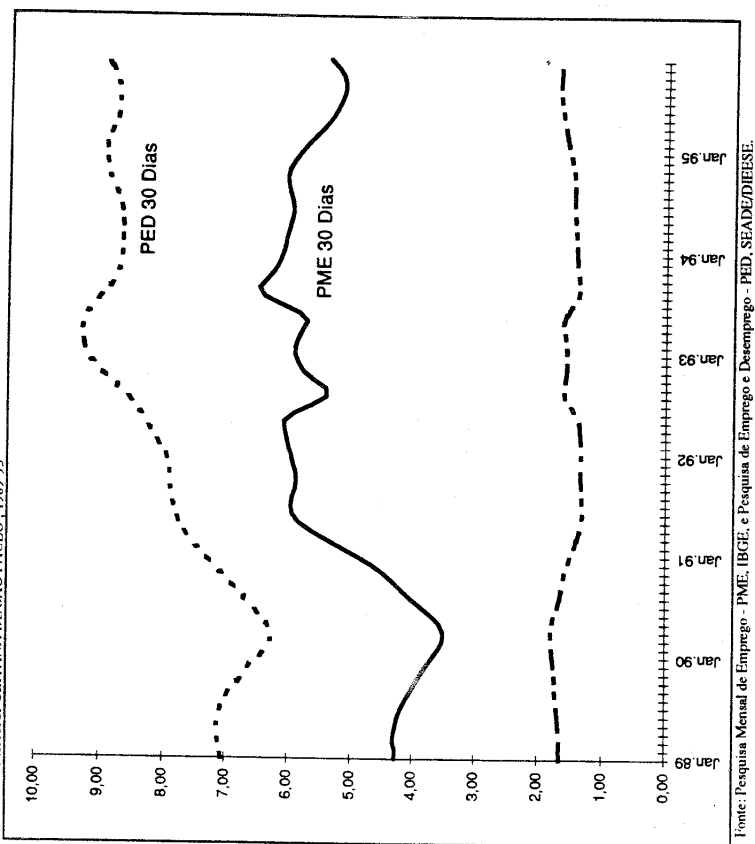
Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego, PME-IBGE; e Pesquisa de Emprego e Desemprego, PED-SEADE/DIEESE.  
 (1) Todas as taxas estão calculadas sobre a População em Idade Ativa.

GRÁFICO 8 - TAXAS DE DESEMPREGO EM 7 DIAS SEGUNDO A PESQUISA NEBSAL DE EMPREGO E A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1989-95



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego - PME, IBGE, e Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, SEADE/DIEESE.

Gráfico 9 - TAXAS DE DESEMPREGO EM 30 DIAS SEGUNDO A PESQUISA MENSAL DE EMPREGO - PME - E A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO - PED - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1989-95



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE, e Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, SEADE/DIEESE.

50

Uma melhor compreensão das especificidades metodológicas pode ser obtida explorando-se as características da PIA segundo os critérios correntemente adotados pela PED-30 dias e pela PED-7 dias. De fato, este exercício permite construir estatisticamente os segmentos contidos no Esquema 1, bem como alguns subsegmentos que os compõem.

O resultado deste exercício está apresentado, sinteticamente, na Tabela 7, onde as colunas dão informações segundo os critérios PED-7 dias e as linhas, aquelas referentes aos critérios PED-

30 dias<sup>18</sup>. Como podemos notar, os dois critérios produziram indicadores que se diferenciam em 2,3 pontos percentuais na taxa de participação, em 2,6 na taxa de ocupação e, finalmente, em 2,2 na taxa de desemprego aberto, sendo que esta discrepância refere-se ao conjunto de pessoas cuja condição de desemprego pode ou não ser considerada dependendo do critério metodológico adotado. Como esta diferença tem como motivo principal a ampliação do período de procura de 7 para 30 dias, cabe explorar melhor os critérios para a qualificação da procura adotados pela PME e a PED.

Segundo o manual do entrevistador da PME, *“o tempo de procura representa o período contínuo que a pessoa, sem exercer uma ocupação econômica, vem tomando providências para conseguir trabalho e é contado até a data da última providência [sendo que deve ser considerada como] interrupção do tempo de procura de trabalho, quando: a pessoa durante semanas consecutivas tiver deixado de tomar providências; ou a pessoa tiver trabalhado, mesmo que, simultaneamente, tenha procurado trabalho”* (IBGE, 1991, grifos nossos). Estes critérios desqualificam a condição de desemprego tanto das pessoas que tenham exercido algum trabalho como daquelas que tenham a procura de emprego concentrada exclusivamente nas três e quatro semanas anteriores à entrevista, dado que estas pessoas possuem um período de não-procura de trabalho igual ou superior a duas semanas consecutivas.

Para que estes critérios sejam respeitados, deve-se incorporar, portanto, à taxa de desemprego de 30 dias aquelas pessoas que tenham obrigatoriamente realizado a procura na segunda semana de referência da entrevista.

Na PED, os critérios adotados são distintos. Esta pesquisa pergunta, inicialmente, qual foi a última vez que a pessoa procurou efetivamente trabalho, para posteriormente checar a existência ou não de trabalho simultâneo à procura e o principal motivo que justificou a procura (SEADE/DIEESE, 1987). Neste levantamento, existe uma preocupação em verificar se houve uma procura efetiva, se esta ocorreu dentro do mês de referência e se não foi acompanhada de atividade remunerada. Nota-se, portanto, que a PED incorpora aqueles que realizaram a procura exclusivamente nas terceira e quarta semanas.

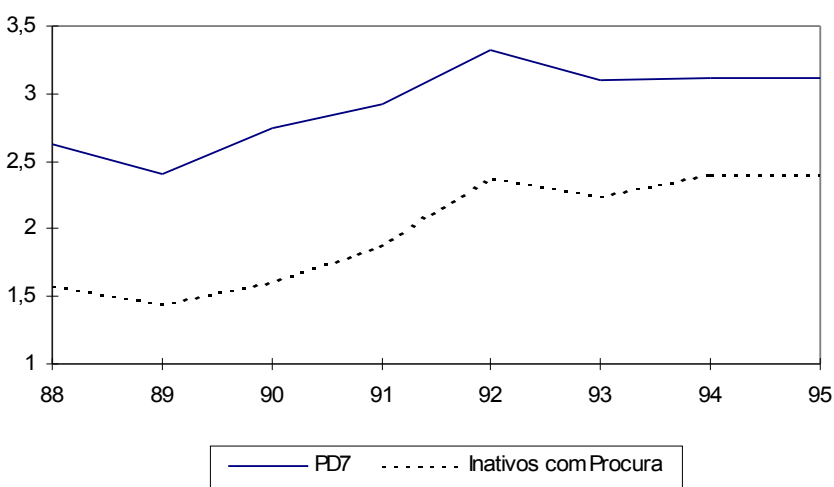
De acordo com a Tabela 7, 2,4% dos inativos considerados pelo critério PME são classificados como desempregados abertos pela PED por terem realizado a procura de trabalho nos

---

<sup>18</sup> Para facilitar e obter uma visão mais abrangente dos níveis e mudanças nas taxas de participação e atividade, utilizaremos a PIA como referência geral para cálculo dos indicadores.

últimos 30 dias, dos quais 62,7% informaram que procuraram trabalho entre 8 e 15 dias. Se incorporarmos à taxa de desemprego PED-7 dias somente esta parcela de inativos, a taxa de desemprego em 30 dias será de 4,6%. A comparação desta taxa com a produzida pelo IBGE para o período de 30 dias – que em 1995 foi de 3,4% – mostra uma discrepância de 36%, que indiscutivelmente continua sendo elevada.

**Gráfico 10** - Evolução da Taxa de Desemprego Aberto PED/1954 e da Taxa de Inativos com Procura de Trabalho Região Metropolitana de São Paulo, 1988/95



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, SEADE/DIEESE.

Este último exercício evidencia uma clara persistência da discrepância entre indicadores. Entretanto, explicita-se, por outro lado, que a taxa de desemprego aberto da PME em 30 dias deixa de incorporar aquelas pessoas que, apesar de terem procurado trabalho, concentraram esta busca na segunda metade do mês. É importante salientar ainda, que a não incorporação desta parcela de pessoas creceu no período 1988/95, como bem ilustra o Gráfico 10. O incremento desta parcela de pessoas foi tão intenso que a diferença relativa entre as taxas de desemprego aberto PED-7 dias e a taxa inatividade das pessoas com procura de trabalho reduziu-se de 70% para 30% entre 1988 e 1995. Evidenciando, uma vez mais, que a perda de dinamismo do mercado de trabalho se traduziu, segundo o critério PME, crescentemente em inatividade.

**Tabela 7 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PED E PME REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO , 1989/95**

em porcentagem

	PESQUISA MENSAL DE EMPREGO				
	PIA	INATIVO	FEA	OCUPADO	DESEMPREGADO
PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO					
PIA	100,0	34,2	65,8	62,2	3,6
INATIVO	31,9	30,7		1,2	-
Inativo Puro	30,7	30,3		0,4	-
- Licença Saúde (INSS)				0,4	-
Inativo com Trabalho Excepcional	1,2	0,5		0,7	-
- Trabalho Excepcional na Semana				0,7	-
- Outros				0,1	-
FEA	68,1				
OCUPADOS	59,6	0,1		59,4	-
- Trabalho familiar < 15 horas/semana		0,1			
DESEMPREGADO	8,6	3,3		1,7	3,6
Aberto (30 dias)	5,8	2,4		0,3	3,1
- Indivíduos com procura entre 8 e 30 dias		2,4			
- Aviso Prévio				0,1	-
- Conta-própria sem trabalho na semana				0,1	-
Oculto pelo Trabalho Precário	2,2	0,3		1,4	0,5
- Trabalho entre 8-30 dias, com procura a mais de 7 dias		0,3			
- Trabalho na semana				1,3	-
- Trabalho familiar com j.t igual ou maior a 15 horas/semana com procura				0,1	-
Oculto pelo Desalento	0,6	0,6		-	-
- Sem trabalho com desalento da procura		0,6			-

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego PED, SEADE/DIEESE.

Não é possível fazer um refinamento metodológico adicional no tratamento dos dados da PED, no sentido de alcançar uma aproximação ainda maior aos critérios adotados pela PME. Entretanto, algumas observações adicionais sobre o perfil das pessoas e especificidades metodológicas que produzem a disparidade entre as taxas poderão ser úteis para nossa discussão.

De acordo com a Tabela 8, 83% das pessoas consideradas inativas, com procura de trabalho entre 8 e 30 dias, possuíam experiência anterior de trabalho, sendo 80% como trabalhadores empregados. A existência de trabalho anterior associada à elevada concentração da procura, sem qualquer exercício de trabalho, sugere a presença ativa destas pessoas no mercado de trabalho. Assim, parece difícil, em princípio, desqualificar a condição de desemprego destas pessoas, principalmente quando se constata que 72% destas pessoas estavam na faixa de idade considerada a mais produtiva – entre 18 e 54 anos.

Isto nos remete a uma segunda observação de cunho metodológico. Para a PME, a procura de trabalho é avaliada principalmente pelo elemento de continuidade. Como vimos, este procedimento desqualifica uma parte do desemprego aberto em 30 dias. Por outro lado, ela faz uma investigação limitada da própria procura, diferenciando-a significativamente da PED.

Infelizmente, esta diferença metodológica não pode ser tratada, exclusivamente, a partir da discussão do desemprego aberto em 30 dias, pois o esforço da PED em obter um melhor conhecimento da procura de trabalho encontra-se articulado a uma exploração da disponibilidade para trabalhar e à realização de atividade remunerada ocasional. É preciso incorporar, a partir deste momento, os indicadores complementares de desemprego propostos pela PED – os de desemprego oculto por trabalho precário e por desalento.

As formas de desemprego oculto são indicadores complementares que permitem, ainda que limitadamente, melhor qualificar a dinâmica do desemprego, pois, ao captarem aspectos específicos que caracterizam o desemprego de mais longo prazo, indicam as razões que levam os indivíduos a involuntariamente não mais sustentarem sua situação de desemprego aberto.

Esta afirmação não tem caráter tautológico, pois o desemprego de longa duração, ao corresponder a um sinalizador da falta de sintonia entre a dinâmica de participação econômica da população e as oportunidades de trabalho que uma estrutura econômica comporta em um determinado momento do tempo, modifica as expectativas individuais sobre as perspectivas de reemprego e, em decorrência, tornam mais complexas a dinâmica do próprio desemprego e suas formas de manifestação. A falta de sintonia é, inclusive, parcialmente percebida pela elevação do tempo médio de desemprego aberto e pela manifestação de outras formas de desemprego, pois uma faceta do problema se desenvolve mediante o fluxo entre as situações de ocupação e inatividade – desemprego oculto (Dedecca, 1990). Isto é, quando as perspectivas de reemprego são reduzidas, as estratégias individuais de sustentar a inserção no mercado de trabalho fazem que o reconhecimento dos problemas de emprego escape completamente da configuração dicotômica entre ocupação plena e desemprego aberto.

**Tabela 8** - PERFIL DOS INATIVOS COM PROCURA DE TRABALHO ENTRE 8 E 30 DIAS ANTERIORES A ENTREVISTA SEGUNDO OS CRITÉRIOS PED-1954 E PER-1982 (1)  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1989/95

	Em porcentagem	
Posição na Família	100	
Chefe	15,4	
Cônjuge	23,3	
Filhos	50,3	
Outros	11	
Última Procura de Trabalho	100	
De 8 a 15 dias	62,7	
De 16 a 30 dias	37,3	
Experiência Anterior de Trabalho	100	
Sem Experiência	16,5	
Com Experiência	83,5	100
Empregado		80,1
Conta-própria		7,7
Outros		12,2
Tempo de desemprego para os empregados na experiência anterior de trabalho (em meses)		
Média	13	
Mediana	5	

1) Para o ano de 1995, os desempregados em situação de desemprego aberto, segundo a PED e inativos segundo a PME, correspondiam a 2,4% da População com 15 anos ou mais.  
 Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, SEADE/DIEESE.

A maior heterogeneidade do mercado de trabalho imposta por uma conjuntura de crescimento lento do emprego protegido exige, portanto, a construção de indicadores complementares de desemprego. No caso da PED, a qualidade deste indicadores complementares só pode ser justificada se sua construção decorrer da adoção de critérios claros e rigorosos, pois é este rigor que deve permitir o conhecimento de uma forma de desemprego que se diferencia das situações de ocupação informal, ao ser expressão da não-aceitação de oportunidades de trabalho irregular e descontínuo, em face da existência da disponibilidade para mudança de ocupação e da recente tomada de iniciativa neste sentido. Pode-se afirmar, ainda, que tal complexidade metodológica não representa uma visão que tenda a privilegiar a situação de desemprego, pois ela decorre da necessidade de diferenciar situações específicas de participação e atividade em um mercado crescentemente heterogêneo, seja quando se analisa o desemprego aberto em 30 dias, seja quando se trata das formas de desemprego oculto ou quando se investigam as situações de ocupação regulares e contínuas marcadas por uma inserção precária.

As informações sobre as características do desemprego oculto por trabalho precário mostram que, em 1995, 75% destes desempregados haviam realizado a procura de trabalho nos últimos 30 dias, sendo que a média de horas semanais realizadas no trabalho ocasional era de uma hora. Por outro lado, as pessoas que se encontravam nesta situação e que haviam tido um



experiência anterior de trabalho possuíam um tempo de desemprego médio e mediano de 17 e 10 meses, enquanto para o desemprego aberto estes eram de 13 e 5, respectivamente. A baixa jornada de trabalho, aliada à procura recente de trabalho em um contexto de longa duração do desemprego, impede que se refute facilmente a hipótese de que o desemprego oculto por trabalho precário se inscreve na lógica de sobrevivência e permanência no mercado de trabalho construída autonomamente pelo desempregado. Torna-se ainda mais difícil considerar que este trabalho ocasional possa sustentar, de maneira minimamente criteriosa, a existência de uma ocupação.

Um posição cautelosa também deve ser adotada quanto ao desemprego oculto por desalento. O seu nível relativamente baixo não justifica a sua descaracterização, pois a necessidade do desempregado de se manter no mercado de trabalho impede o abandono total da procura ou a sua manifestação aleatória no tempo, dificultando a manifestação mais intensa da situação de desalento. As características desta forma de desemprego, que em 1995 representou 0,6% da PIA ou 0,9% da PEA, mostram que 59% das pessoas nesta situação haviam realizado a última procura entre um e dois meses, 18% entre 2 e 3 meses e 16% entre 3 e 6 meses, sendo que apenas 7% haviam buscado trabalho pela última vez há mais de 6 meses. De outro lado, apontam que 84% tinham experiência anterior de trabalho, com 80% destas com experiência de trabalho assalariado. Nota-se claramente que, apesar de o critério de desalento estar amparado na procura em 12 meses, ocorre uma elevada concentração da procura nos meses mais próximos à entrevista, que decresce rapidamente com o prolongamento do tempo de desemprego.

Pensamos que seria importante investigar as razões que levam ao abandono rápido da procura de trabalho, pois este movimento sinaliza uma capacidade limitada de resistência individual de se manter presente no mercado de trabalho em conjunturas desfavoráveis.

Tanto a discrepância entre os indicadores de desemprego aberto em 30 dias como os indicadores complementares de desemprego só se sustentam analítica e metodologicamente no consenso existente sobre a precariedade estrutural do mercado de trabalho brasileiro, que precede o movimento de ajuste do nível de emprego protegido dos anos 90. Esta precariedade, que se exacerba em uma conjuntura de contração rápida do nível de ocupação protegida, exige que se mantenha uma atividade sistemática de aperfeiçoamento dos critérios adotados na elaboração de indicadores de desemprego e informalidade e na operacionalização dos conceitos, que, por decorrência, requer maior conhecimento da dinâmica da procura de trabalho, da disponibilidade e

das condições para trabalhar e do sentido do trabalho ocasional no funcionamento do mercado de trabalho.

Se, portanto, a procura de trabalho constitui um critério importante e que se encontra bem desenvolvido na PED<sup>19</sup>, não parece fácil descaracterizar a condição de desemprego de todas ou de parte daquelas pessoas com procura entre 8 e 30 dias, que elevam significativamente sua taxa de desemprego aberto em 30 dias, em comparação à de 7 dias, a qual se aproxima a metodologia da PME, e nem daquelas pessoas em situação de desemprego oculto por trabalho precário ou desalento.

Ao contrário, em face da inexistência de sistemas mais amplos e efetivos de seguro-desemprego e de intermediação de mão-de-obra em uma situação de baixa probabilidade de reemprego, que obriga os desempregados a traçar autonomamente sua estratégia e financiamento de busca de uma nova ocupação, é analiticamente inquestionável a importância de uma maior exploração da procura de trabalho.

Embora este procedimento gere uma taxa de desemprego mais elevada, reflita outros aspectos do problema de emprego e seja mais abrangente, não representa um relaxamento do rigor conceitual, seja porque qualifica a procura, seja porque a captação da procura encontra-se associada ao conhecimento da disponibilidade ou não para trabalhar, à existência ou não de algum trabalho e às características do trabalho que possa ter sido exercido. Neste sentido, ao conhecer melhor a procura, a PED checa adequadamente a disponibilidade, bem como a existência de um trabalho, o que permite, analiticamente, uma qualificação mais precisa das situações de desemprego.

Se do ponto de vista metodológico a postura cautelosa adotada pela PED deve ser louvada, cabe também reconhecer que do ponto de vista analítico os procedimentos adotados são totalmente consistentes. Em face do peso limitado do segmento organizado – que se traduz em um mercado de trabalho caracterizado por um caleidoscópio de situações ocupacionais, resultante de um desenvolvimento econômico heterogêneo que foi acentuado pelo longo período de estagnação econômica e do emprego –, é indubitável a necessidade de assumir uma posição muito cuidadosa no processo de classificação das situações ocupacionais informal e de desemprego. Portanto, metodologicamente, não somente se impõe um desenho mais complexo do instrumento de coleta,

---

<sup>19</sup> Cf. Paes de Barros et al., 1996.

como este necessariamente deve privilegiar um conhecimento mais abrangente da precariedade do mercado de trabalho.

A opção por instrumentos de coleta simplificados pode ser justificada em situações em que o grau de estruturação do mercado de trabalho é muito elevado e quando a economia se aproxima do pleno emprego. Nesta situação, o desemprego é fundamentalmente friccional e pode ser rapidamente caracterizado. Entretanto, os levantamentos estatísticos no Brasil e na América Latina – e mais recentemente nos países avançados – não tratam de uma configuração de mercado de trabalho deste tipo. Pode-se dizer, até, que um levantamento conjuntural orientado por esta ótica capta um dos pólos de uma escala contínua de situações de subutilização de força de trabalho. A elevada heterogeneidade do mercado de trabalho sempre impõe a adoção de um postura conservadora na construção de indicadores de desemprego para que não se incorra no risco de aceitar toda subutilização involuntária de força de trabalho como desemprego.

Esta postura conservadora relaciona-se à adoção, obrigatória, de um conjunto de critérios mais complexos para a construção das condições de participação e de atividade. Não somente da condição de atividade caracterizada pelo emprego protegido, mas das demais formas de atividade que se manifestam de maneira pouco homogênea no mercado de trabalho. Ser criterioso, portanto, é ter o conhecimento das situações de desemprego involuntário com efetiva procura de trabalho dentro das condições conjunturais de um mercado de trabalho que leve em conta suas características estruturais e a ausência de mecanismo institucionais de proteção ao desemprego e de intermediação de mão-de-obra.

Este rigor metodológico encontra-se garantido em ambos os levantamentos, se devidamente respeitados os propósitos que fundamentam a construção de cada um deles. A PME, ao buscar captar a manifestação mais explícita e imediata do desemprego, mensura uma faceta importante do fenômeno. Isto é, aquela fração de desempregados que consegue manter a exclusividade de seu tempo produtivo para a procura de trabalho, que se expressa claramente na taxa de desemprego em 7 dias. Infelizmente, esta capacidade metodológica não se mantém quando se estende o período de procura para 30 dias, seja em razão das conseqüências que o critério de continuidade impõe à qualificação da procura de trabalho, seja em função da exploração limitada do exercício da própria procura.

As diferenças entre as taxas de desemprego aberto em 30 dias apresentadas pelas pesquisas devem ser imputadas ao grau de refinamento na construção metodológica e na operacionalização dos conceitos, que indubitavelmente se apresenta de maneira mais aprofundado na PED, na qual a adoção dos quatro parâmetros básicos viabilizam um conhecimento mais detalhado das condições de participação e de atividade, correspondendo, inquestionavelmente, à adoção de única e rigorosa postura estatística, metodológica e analítica. É preciso reconhecer, ainda, que este rigor é refletido na construção dos dois outros indicadores complementares de desemprego presentes somente na PED: o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento.

Como assinalou Cézard (1986), analisando o caso francês, cada vez mais o desemprego ganha um configuração complexa, impondo que o desemprego aberto expresse apenas uma forma de manifestação do fenômeno. Este autor ressaltou que as demais formas de desemprego constituem um halo em torno do desemprego aberto, como um sintoma das dificuldades presentes nos mercados de trabalho nacionais. Tanto este autor como a OCDE (1994) tratam este halo como sintoma de precarização de mercados de trabalhos que no passado recente haviam alcançado o pleno emprego. No caso da América Latina, este halo possui uma dimensão muito maior, na medida em que expressa tanto o desemprego oculto como as formas estáveis e contínuas de trabalho informal de um mercado que sempre se manteve distante da situação de plena utilização da mão-de-obra.

### **Considerações finais**

O estudo aqui desenvolvido sobre a evolução recente dos mercados metropolitanos de trabalho evidencia, em um primeiro momento, as dificuldades de discutir o problema do emprego e do desemprego em uma configuração socioeconômica caracterizada por uma situação de heterogeneidade estrutural, que tem sido agravada durante o longo período de instabilidade e estagnação econômica conhecido pela sociedade brasileira.

Nos anos mais recentes, a reorientação da política econômica tem representado uma ruptura com o padrão dominante até o final da década de 80, ao promover um processo de abertura da economia brasileira e ao induzir um movimento generalizado de racionalização econômica no país. Como sugerido, a indústria de transformação e a construção civil foram os carros chefes da economia brasileira até os anos 70, dinamizando fortemente o mercado de trabalho urbano

nacional. Nos anos 80, a proteção externa garantiu um movimento lento de reorganização produtiva e defendeu o emprego industrial, ao mesmo tempo que uma expansão dos serviços públicos sociais e os serviços produtivos e voltados para o consumo de alta renda sustentaram a estrutura ocupacional. Ao contrário, a racionalização econômica dos anos 90 tem ferido violentamente a capacidade de geração e o nível de emprego dos diversos setores econômicos, levando a uma redução acentuada da dimensão ocupacional do trabalho assalariado protegido nos mercados urbanos e metropolitanos de trabalho, como apontam ambas as pesquisas.

A perda de importância do assalariamento protegido tem sido amplamente reconhecida, havendo, entretanto, uma forte divergência sobre as conseqüências deste movimento para a dinâmica econômica e do mercado de trabalho nacional e para as condições de empregabilidade da população brasileira em idade ativa.

O diagnóstico construído a partir dos dados da PME sugere, em um primeiro momento, que a estagnação e a racionalização econômicas não teriam feito emergir uma situação de precariedade e de desemprego alarmante no país. A perda de importância do assalariamento protegido associado a queda da taxa de participação teria criado um mercado de trabalho mais enxuto caracterizado por uma maior presença de ativos exercendo ocupações não pertencentes ao seu segmento formal. O novo perfil do mercado de trabalho reproduziria uma estrutura dominada por trabalhadores de baixa remuneração e qualificação.

Este enfoque aponta para a necessidade de se debater as razões que têm provocado uma crescente precariedade da estrutura ocupacional, relegando a um segundo plano a discussão sobre desemprego e a geração de emprego na nova configuração produtiva e sob a atual orientação de política econômica. Aqueles que privilegiam este enfoque afirmam que esta precariedade decorre do atual sistema de regulação do mercado de trabalho nacional que estimula o estabelecimento de contratos não-protegidos de trabalho, que enfraquece uma relação sadia de negociação entre capital e trabalho e que reforça um padrão de baixa produtividade do trabalho no país (Amadeo & Camargo, 1995). A flexibilidade do atual sistema de regulação favoreceria uma melhor relação capital-trabalho e um melhor rendimento produtivo, melhorando as condições de competitividade da economia brasileira e abrindo perspectivas para uma elevação da qualidade de emprego e dos níveis de renda. Ademais, propõe que diversos direitos hoje inscritos na Constituição (férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, encargos vinculados ao processo de demissão, jornada de

trabalho, sistema de remuneração,...) passem a ser objeto de negociação direta entre empregadores e empregados. Assume-se, portanto, que a questão do emprego hoje no país tem seu vínculo mais estreito com o atual sistema de relações de trabalho e os problemas que este sistema gera para a organização produtiva e para o mercado de trabalho.

Apesar da sua proximidade com as posições adotadas pelo atual governo, bem como a sua presença mais constante nos meios de comunicação escrita, esta posição não pode ser tomada como um consenso entre aqueles que hoje debatem e estão preocupados com o problema do emprego no país e nem entre os atores sociais diretamente envolvidos com a questão. Ao contrário, a destruição dos principais pilares de geração de novos postos de trabalho produzida pela racionalização produtiva imposta pela política de abertura comercial, a partir de 1990, e pela valorização cambial e pelo aumento explosivo da taxa de juros, depois de 1994, têm fomentado sérias preocupações em relação ao problema de emprego atual e futuro no Brasil.

Como procuramos mostrar no início do trabalho, a estrutura populacional sugere que temos, hoje e nos próximos 15 anos, a melhor composição etária, na medida que a participação da população em idade ativa encontra-se em seu patamar mais elevado. Isto é, temos a maior disponibilidade de pessoas para o trabalho e a menor parcela de pessoas em situação de dependência. Este quadro deveria ser tomado como extremamente favorável se a economia brasileira sinalizasse que possui e possuirá uma capacidade condizente de geração de novos postos de trabalho. Isto é, que a economia teria uma grande capacidade de geração de novas oportunidades de emprego que geraria, em escala crescente, excedente produtivo e renda capazes de alavancar programas de educação, saúde, previdência, habitação e saneamento que se traduzissem na construção uma nova face social no país. Entretanto, as boas oportunidades demográficas não deverão ser devidamente aproveitadas, como sugerem os dados referentes aos mercados metropolitanos de trabalho.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE, a perda de capacidade de geração de postos de trabalho, evidenciada pela redução do assalariamento formal, tem sido expressa em uma queda da taxa de participação, ao invés de uma explosão do desemprego. Como afirmamos anteriormente, este diagnóstico, dado o baixo desemprego, permite privilegiar a discussão sobre a precariedade do mercado de trabalho, na medida que as maiores oportunidades de emprego são observadas entre as ocupações estabelecidas informalmente.

Entretanto, esta posição analítica despreza a contração na dimensão ocupacional do mercado de trabalho brasileiro e a elevação desproporcional da razão de dependência explicada pelo efeito do ajuste negativo do nível de emprego sobre a participação econômica da população. Isto é, apesar de termos a melhor situação demográfica para promover uma maior participação econômica da população, mantemos boa parte destes braços na situação de inatividade e, por decorrência, em situação de dependência da população economicamente ativa e sem capacidade de contribuir para o sustento da população efetivamente inativa – isto é, as crianças e os idosos.

Esta situação parece ser comum a todas as regiões metropolitanas, sinalizando, em um primeiro momento, que o desenvolvimento e a integração econômica nacional promovidas nos anos 50 a 70 criaram mercados de trabalhos que se comportam de maneira semelhante, independentemente das diferenças de estrutura ocupacional e populacional que possam existir entre eles.

Entretanto, as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-SEADE/DIEESE permitem construir um diagnóstico distinto. Os dados para a Região Metropolitana de São Paulo mostram que a queda da taxa de participação, sugerida pela PME, decorre da aceitação da condição de inatividade para parcelas da população em idade altamente produtiva e com características particulares que sugerem a existência de vínculos com o mercado de trabalho. Isto é, que segmentos economicamente ativos em situação de desemprego estariam sendo transferidos para a condição de inatividade, induzindo, portanto, uma queda da taxa de participação econômica.

É inegável que, dada a ausência de um mecanismo de proteção ao desemprego de longo prazo, os desempregados da PED considerados inativos pela PME devem manter, de alguma maneira, uma situação de dependência em relação ao resultado produtivo daqueles que continuam inseridos permanentemente no mercado de trabalho formal ou informal. Entretanto, o reconhecimento da condição de inatividade ou desemprego afeta diretamente a leitura que possamos ter do problema do emprego no Brasil atual.

A incorporação desta parcela de população à condição de desempregados sinaliza que, apesar da queda do emprego formal e o aumento limitado das ocupações informais, existe uma crescente disponibilidade de mão de obra em nossos mercados de trabalho não utilizada economicamente. A desproporção entre disponibilidade de força de trabalho e geração de novos postos de trabalho deve ser associada à perda de dinamismo da economia brasileira nestes últimos

quinze anos, na medida que a tendência de aumento da taxa de desemprego indicada pela PED e a queda da taxa de participação sugerida pela PME ao se estabelecerem por um período tão longo de tempo – 10 anos ou mais – apontam efetivamente para uma debilidade mais estrutural de nossa estrutura produtiva.

Neste sentido, ao contrário do prognosticado pela visão que privilegia exclusivamente as mudanças na estrutura ocupacional, ambas as pesquisas mostram um comportamento de mais longo prazo de nossos mercados metropolitanos de trabalho relacionado com o baixo dinamismo econômico, que contrai o segmento formal assalariado, jogando para as formas informais de inserção econômica, para o desemprego e/ou inatividade o custo principal da debilidade estrutural.

Assim, focar a questão do emprego no sistema de relações de trabalho é deslocar ou tangenciar o tema central, isto é, a dificuldade em promover uma reorganização produtiva que incorpore a questão do emprego – bem como da distribuição de renda – como eixo central e, portanto, a de um crescimento sustentado de longo prazo.

É inquestionável que devemos discutir políticas imediatas de combate aos efeitos fortemente nefastos da estagnação. Neste campo, as políticas de renda mínima, de fomento a requalificação profissional e de criação de pequenas empresas caracterizam ações importantes que minimizam a gravidade da questão social no momento atual. Contudo, não podemos pensar que estas políticas possuem a capacidade de criar as condições de superação dos problemas de emprego, renda e sociais de longo prazo.

É evidente que a aceitação *in totum* de uma reorganização do mercado de trabalho caracterizada pela menor dimensão ocupacional e por sua maior precariedade remete obrigatoriamente para uma discussão focalizada dos problemas de emprego no país, onde as mudanças no sistema de relações de trabalho e as políticas de renda mínima e requalificação aparecem como os instrumentos únicos da ação pública.

Um outro quadro é produzido se reconhecidas as atuais tendências demográficas e os problemas de subutilização e de precariedade crescentes de força de trabalho e suas vinculações com a estagnação econômica de longo prazo da economia brasileira. Neste contexto, é preciso discutir como a atual reorganização econômica compromete inclusive baixa a capacidade atual de geração de novos postos de trabalho e como a política econômica em curso impede uma retomada



do crescimento de longo prazo, transferindo para o futuro problemas maiores de emprego e desemprego.

Este enfoque obriga a requalificação do debate em torno do sistema de relações de trabalho, na medida que as mudanças não são vistas como instrumento de adequação a curto prazo da legislação ao funcionamento do mercado de trabalho, mas como um elemento importante para sustentar um processo de desenvolvimento mais equânime. Neste sentido, é necessário promover o desenvolvimento de longo prazo e fazer as mudanças no sistema de relações de trabalho para combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários e a má distribuição de renda e a baixa qualificação. Estas mudanças não devem comprometer direitos sociais fundamentais custosos de serem garantidos em uma sociedade tão desigual. O fomento à negociação coletiva não deve ser associada à uma flexibilização ainda maior dos direitos sociais, que em outros países latino-americanos – como México, Argentina e Chile, tem se estabelecido sem qualquer efeito positivo sobre as condições de emprego e renda nacionais, mas que vem consolidando uma tendência de crescente desigualdade social.

Faz necessário manter os direitos existentes e fomentar a negociação coletiva como forma de democratizar efetivamente as relações de trabalho no sentido de permitir que uma melhor produtividade esteja relacionada a melhores salários, tornando possível reverter o movimento de queda sistemática dos salários e da massa de rendimentos que a estagnação tem promovido nestes últimos 16 anos.

As mudanças no sistema de relações de trabalho aparecem, desta maneira, como elementos virtuosos no dinamismo econômico, ao permitirem a recomposição do mercado de consumo interno, fundamental para garantir a rentabilidade futura dos investimentos e para abrir perspectivas de reincorporar à vida produtiva os desempregados e/ou a parcela de população da população em situação de inatividade involuntária.

Esta perspectiva somente faz sentido se acompanhada de alterações na política econômica que permitam reorganizar o sistema de financiamento público e privado, recompor as condições de investimento, regular adequadamente as condições de concorrência externa, e recuperar a infraestrutura econômica e social. Ao contrário, a aceitação da atual política torna inevitável que se adote a visão que os problemas de emprego estão associados a precariedade e menor dimensão do mercado de trabalho imposta pelo anacrônico sistema de relações de trabalho e pelo movimento de

globalização. Nesta perspectiva, a solução é a flexibilização de direitos para melhorar as condições de empregabilidade conjugada com a adoção de políticas compensatórias – exteriores ao mercado de trabalho – que ataquem o problema de renda. O grande pecado desta visão é desprezar os problemas de longo prazo que uma reorganização socioeconômica deste estilo produzirá fatalmente, traduzidos na consolidação de uma sociedade ainda mais desigual e excludente, como mostram as experiências mexicana, argentina e chilena. E seu grave problema é que os seus proponentes não são e nem serão os pagadores desta perversa conta social.

### **Resumo**

Em 1990, é adotada uma nova política econômica centrada na abertura comercial e orientada para uma reinserção do país no movimento internacional financeiro e de globalização. Os efeitos desta opção política foram uma rápida reorganização econômica com uma redução da dimensão ocupacional do mercado nacional de trabalho. Entre 1993/95, a economia brasileira conheceu um novo período de recuperação do nível de atividade, com o nível de emprego permanecendo praticamente o mesmo. Novos problemas de emprego se sobrepuseram àqueles herdados do desenvolvimento passado, provocando uma nova fragmentação que tem aprofundado a heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro. A fragmentação do mercado de trabalho foi acompanhada de um enfraquecimento das relações de trabalho e do sistema de representação social. Este ensaio apresenta os diagnósticos sobre a atual situação de desemprego no Brasil e as propostas de políticas para enfrentamento dos problemas de emprego.

**Palavras-chave:** Desemprego - Brasil; Mercado de trabalho - Brasil; Emprego - Brasil; Relações de trabalho.

### **Abstract**

In 1990, the Brazilian government decides to change the political orientation. The new economic policy was focused on the commercial opening and proposed the reinsertion of the country in the financial and globalization movement of the world. The effects of this politic option were the quick economic reorganization and the reduction of the occupational dimension of the national labor

market. Between 1993-95, the national economy had a new recuperation period. , but the employment level was kept the same. The new employment problems are added to the old ones inherited from the past development period and they have created a new fragmentation that have exacerbated the structural heterogeneity of the Brazilian labor market. The fragmentation of the labor market is followed by the weakness of the labor relations and of the social representation system. This paper presents the diagnostics about the unemployment situation in Brazil in the 90's and the purposes of policies to face the employment problems.

**Key-words:** Unemployment - Brazil; Labor market- Brazil; Employment- Brazil; Labor relations.

### Referências bibliográficas

- AMADEO, E.; CAMARGO, J.M. *Regulations and flexibility of labor market in Brazil*. Rio de Janeiro: PUC.DE, 1995. (Texto para Discussão, n. 335).
- \_\_\_\_\_; PERÓ, V. *Adjustment, stabilization and structure of employment in Brazil*. Rio de Janeiro: PUC.DE, 1996. (Texto para Discussão, n. 353).
- AZEVEDO, B.R.Z. *A produção não-capitalista: uma discussão teórica*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística - FEE, 1985.
- BALTAR, P.E.A. *Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano*. Campinas: UNICAMP.IE.CESIT, 1996. mimeo.
- \_\_\_\_\_; DEDECCA, C.S.; HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C.A.B.; MATTOSO, J., org. *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996a.
- CACCIAMALI, M.C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: USP.IPE, 1983.
- \_\_\_\_\_. Mudanças estruturais e o ajustamento do mercado de trabalho no Brasil na década de 1980. *Estudos Econômicos* - USP.IPE, São Paulo, v. 22, n. especial, 1992.
- CARDOSO, F.H. Sobre población relativa y marginalidad. *Revista Latino-Americana de Ciencias Sociales*, Santiago de Chile, 1971.

- CARVALHO, J.A.M.; WONG, L. *A window of opportunity: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil*. Belo Horizonte: UFMG.CEDEPLAR, 1995. (Texto para Discussão, n. 91).
- CENTRE FOR ECONOMIC POLICY RESEARCH – CEPR. *European unemployment: is there a solution?* London: CEPR, 1995. (tradução italiana: CEPR. La disoccupazione: scelte per l'Europa. Bologna: Il Mulino/CEPR).
- CÉZARD, M. Le chômage et son halo. *Economie et Statistique*, Paris, n.193-4, 1986.
- CLARK, C. *Las condiciones del progreso económico*. Madrid: Alianza Universidad, 1971..
- COSTA, L.B. 1992 Aumento da participação feminina: uma tentativa de explicação. *Estudos Econômicos-USP.IPE*, São Paulo, v.22, n.especial, 1992.
- DEDECCA, C. *Dinâmica econômica e mercado de trabalho: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas: UNICAMP.IE. 1990. mimeo.
- \_\_\_\_\_ *Economic liberalisation and employment*. Americas Program: PIHW, Los Angeles. 1996a. mimeo.
- \_\_\_\_\_ *Metodologia e construção de indicadores de desempenho de um mercado de trabalho heterogêneo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996b...(Apresentado no Encontro Nacional de Usuários e Produtores de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais)
- \_\_\_\_\_ *Participação econômica, emprego e desemprego metropolitanos*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambú, 1996. Caxambú: ABEP, 1996c. (no prelo)
- \_\_\_\_\_ Racionalização e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C.A.B.; MATTOSO, J., org. *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996d.
- DOERINGER, P.; PIORE, M. *Internal labour markets and manpower analysis*. Massachusetts: Lexington Books,.1971.
- DURAND, J.D. *The labor force in economic development: un comparison of international census of data*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1975.
- FREYSSINET, J. *Le chômage de longue durée: une irrésistible ascension?* *Revue de l'Ires*, Paris, v. 8, 1992.
- \_\_\_\_\_ *Le chômage*. Paris: La Découverte, 1993. (Collection Repères, 22)

- \_\_\_\_\_ *Emploi et chômage* In: COMBEMALE, P.; J.-P. PIRIOU, *Nouveau manuel-sciences économiques et sociales*. Paris: La Découverte, 1995.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE/DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIEESE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*. Manual do entrevistador. São Paulo: SEADE/DIEESE, 1987.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE/DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIEESE. *Conceitos, metodologia e operacionalização*. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. São Paulo: SEADE/DIEESE, 1995.
- GORDON, D. *Theories of poverty and unemployment*. Massachusetts: Lexington Books, 1972.
- \_\_\_\_\_ 6% unemployment ain't natural: demystifying the idea of rising "natural rate of unemployment". *Social Research*, New York, n. 2, summer 1987.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego - 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. (Série Relatórios Metodológicos, v. 2).
- \_\_\_\_\_ *Pesquisa Mensal de Emprego. Módulo, o trabalho de campo: a entrevista*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. mimeo.
- JAHODA, M.; LAZARSFELD, P.F.; ZEISEL, H. *Marienthal. Sociology of an unemployed community*. London: Tavistock, 1971.
- LOPES, J.S. L. et al. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MACHADO DA SILVA, L.A. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1971. mimeo.
- MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R.B.A., SILVA, P.L.B., org. *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.
- NEUPERT, R.F.; CALHEIROS, S.; THEODORO, M.L. *Evolução recente da população economicamente ativa no Brasil até o ano 2010*. Brasília: IPEA, 1989. (Texto para Discussão, n. 12).
- NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latino-Americana de Sociologia*, Buenos Aires, n. 2, 1969.

ORGANISATION DE COOPERATION ET DE DEVELOPPEMENT ECONOMIQUES - OCDE.

*L'étude de l'OCDE sur l'emploi*. Partie I. Paris: OCDE, 1994.

\_\_\_\_\_ *Perspectives de l'emploi*, Paris: OCDE, 1995.

OFFE, C. O futuro do mercado de trabalho. In: \_\_\_\_\_. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OIT. *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genève: OIT, 1972.

PACI, M. *Il Mutamento della struttura sociale in Italia*. Bologna: Il Mulino, 1992.

PAES DE BARROS, R. et al. *Em busca de um núcleo comum para as pesquisas sobre emprego e desemprego no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. mimeo.

PAIVA, P.T.A. Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão-de-obra no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 3, n.1, 1986.

PINTO, A. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, J. *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PROGRAMA REGIONAL DE EMPREGO PARA A AMERICA LATINA E O CARIBE - PREALC. *Sector informal: funcionamiento y políticas*, Santiago de Chile: PREALC, 1981.

PUGLIESE, E. *Sociologia della disoccupazione*. Bologna: Il Mulino, 1993.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: \_\_\_\_\_; PEREIRA, L. *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

RIOS-NETO, E.L.G.; WAJNMAN, S. *Female labor force participation in Brazil: alternatives for projecting levels and patterns*. Belo Horizonte: UFMG. CEDEPLAR, 1994. (Texto para Discussão, n. 77)..

RODGERS, G. et al. *Precarious jobs in labour market regulation*. Genève: ILS-OIT/Free University, 1989.

ROSTOW, W. A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado. In: AGARWALLA, A.N.; SINGH, P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

SAUNDERS, N.C. Economics projections to the year 2000. *Monthly Labor Review*, Washington, DC, v. 110, n.9, 1987.

SABÓIA, J.M. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-83. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 6, n. 3, jul./set. 1986.

- \_\_\_\_\_ *Mercados de trabalho metropolitanos no Brasil: diferenciação, evolução e perspectivas*. Rio de Janeiro: UFRJ.IEI, 1995. (Texto para Discussão, n. 323).
- SORRENTINO, C. International comparisons of unemployment indicators. *Montly Labor Review*, Washington, DC., mar. 1993.
- SOUZA, P.R.C. Salários e mão-de-obra excedente. In: \_\_\_\_\_ *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1979.
- \_\_\_\_\_ *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Campinas: UNICAMP.IFCH, 1980. (Tese de Doutorado).
- \_\_\_\_\_ *Dez anos de setor informal*. Campinas: UNICAMP. IFCH, 1985. mimeo.
- SOUZA, P.R.C.; TOKMAN, V. O setor informal e a pobreza urbana na América Latina. In: \_\_\_\_\_ *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1979.
- THUROW, L. *The future of capitalism*. New York: Morrow, 1996.
- TOKMAN, V. Las relaciones entre los sectores formal e informal. Una exploración sobre su naturaleza. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, n.5, primeiro semestre 1978.
- \_\_\_\_\_ El sector informal: quince años después. *El Trimestre Economico*, México, v.3, n.215, jul./sept. 1987.
- TROYANO, A. et al. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa Fundação SEADE/DIEESE. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, jan./abr. 1985.
- VUSKOVIC BRAVO, P. A distribuição de renda e as opções de desenvolvimento. In: SERRA, J. *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

## Anexo 1

### Estimativa da taxa de desemprego em 7 dias com o banco de dados da PED, considerando os critérios adotados pela PME

#### I. Taxa de desemprego aberto na semana para a população de 15 anos e mais

---

$$\text{Taxa de Desemprego Aberto} = \frac{\text{Desocupados na semana de referência}}{\text{Desocupados na semana de referência} + \text{Ocupados neste período (PEA)}}$$

---

##### 1. *Desocupados na semana*

Indivíduos sem nenhum trabalho na semana de referência e com procura efetiva de trabalho/emprego ou para abrir um negócio, neste período.

##### 2. *Ocupados na semana*

Indivíduos que exerceram na semana de referência qualquer trabalho remunerado de forma monetária e/ou em espécie ou benefício, regular ou esporádico, inclusive a procura de clientes por parte do trabalhador autônomo; ou que exerceram trabalho não-remunerado, em pelo menos 15 horas na semana de ajuda à parentes ou à instituições beneficentes, ou estágios sem remuneração; ou que não trabalharam na semana de referência mas tinham trabalho regular (trabalham normalmente pelo menos 1 vez por semana). Nesta situação são incluídas as pessoas em férias, licenças, paralisações, greves, doença, falta voluntária ao trabalho, etc, e o conta-própria que trabalha regularmente e que não trabalhou na semana de referência por falta de serviço ou cliente.

##### 3. *Cálculo da taxa:*

###### • *Ocupados*

- a) Indivíduos que realizaram qualquer trabalho remunerado nos últimos 7 dias ou não trabalharam porque houve uma interrupção temporária, estava de férias ou viajando, licença-saúde até 15 dias, ou porque não é nesses dias que realiza este trabalho; ou que realizaram neste período trabalhos não remunerados por 15 horas ou mais em ajuda de negócios de parentes.
- b) Indivíduos que procuraram trabalho nos últimos 7 dias e que trabalharam neste período em cumprimento de aviso prévio.
- c) Indivíduos que trabalharam nos últimos 7 dias em trabalhos remunerados com frequência irregular e que procuraram mudar de trabalho neste período.
- d) Indivíduos que não trabalharam nos últimos 7 dias e que procuraram cliente neste período.



- e) Indivíduos que não trabalharam nos últimos 7 dias porque o serviço acabou há menos de 30 dias, porém normalmente têm frequência regular de trabalho.
  - f) Indivíduos que não trabalharam nos últimos 7 dias porque encontram-se em licença-saúde há mais de 15 dias.
  - g) Indivíduos que declararam estar sem trabalho nos últimos 7 dias, mas trabalharam, pelo menos 1 hora em trabalhos remunerados ou 15 horas ou mais em trabalho de ajuda a negócio familiar, na semana anterior a da entrevista.
- *Desempregados (em 7 dias)*
    - a) Indivíduos que tomaram providências para conseguir um emprego/trabalho nos últimos 7 dias e que não trabalharam neste período porque perderam ou deixaram o emprego/trabalho ou é a primeira vez que procuram.
    - b) Indivíduos que tomaram providências para conseguir um emprego assalariado nos últimos 7 dias e que não trabalharam neste período porque o serviço que realizava acabou e tinha frequência irregular.
    - c) Indivíduos que tomaram providências para conseguir um emprego assalariado nos últimos 7 dias e que não trabalharam neste período porque o serviço acabou há mais de 30 dias, embora o realizasse com frequência regular.

## **II. Limites do procedimento de adoção dos critérios adotados na PME para cálculo da taxa de desemprego na base de dados da PED**

### ***1. Períodos de Referência***

*semana de referência:* foram considerados os últimos 7 dias e não a semana de domingo a sábado anterior à semana da entrevista. Entretanto, os indivíduos sem trabalho nos 7 dias mas com horas trabalhadas na semana anterior a da entrevista (captação de jornada de trabalho da PED), que coincide com a semana de referência da PME, foram classificados como ocupados.

### ***2. Definição de Ocupação Econômica sem Remuneração***

Não foi possível incluir nessa categoria as pessoas que exercem atividades de ajuda a instituições beneficentes ou de cooperativismo ou de aprendiz/estagiário sem remuneração monetária, uma vez que essas situações não são identificadas no questionário da PED.

### ***3. Definição da situação “Tinha Trabalho mas não Trabalhou” do trabalhador autônomo***

Para a PME o conta-própria que não trabalhou na semana de referência por falta de serviço ou cliente, mas exerce regularmente seu trabalho, ou seja, pelo menos uma vez por semana, mediante

pagamento, é classificado na situação “tinha trabalho mas não trabalhou”. Foi adotado como critério de aproximação dessa situação, o exercício de trabalho com frequência regular pelo conta-própria, desde que realizado nos últimos 30 dias.